

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Do arpão à máquina fotográfica: *Shifting Baseline* no contexto dos cetáceos dos Açores

Matilde Mendes Ideias

Mestrado em Estudos Sociais do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Doutora Fernanda Paula Martins e Castro, Professora Catedrática

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

# iscte

CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Do arpão à máquina fotográfica: *Shifting Baseline* no contexto dos cetáceos dos Açores

Matilde Mendes Ideias

Mestrado em Estudos Sociais do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Doutora Fernanda Paula Martins e Castro, Professora Catedrática

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

*Aos homens da terra e do mar*, que me receberam de braços abertos na sua ilha, que me acolheram nas suas casas, partilharam comigo as suas histórias, memórias e silêncios carregados de mar, e que me ensinaram mais do que qualquer livro ou artigo poderia alguma vez ensinar. Obrigada por me tornarem ainda mais apaixonada pelo vosso mar e pelos vossos cachalotes.



## **Agradecimentos**

Aos meus pais, pela força e pelo carinho, por sempre me apoiarem e motivarem em todas as etapas do meu percurso académico. Obrigada por acreditarem em mim desde o início.

À minha orientadora, Doutora Paula Castro, que me ajudou a descobrir novos caminhos para a minha dissertação e a quem estou muito grata por toda a ajuda.

Ao David, à Laura, à Maria Inês e ao Manel, com quem partilhei o ISCTE desde o primeiro dia de licenciatura, e que me deram motivação diariamente para terminar este projeto.

Ao ISCTE, por me acompanhar no meu crescimento académico e pessoal, por me proporcionar um percurso tão enriquecedor e por me permitir estudar os tópicos que mais me apaixonam. Aos docentes, pela orientação e pelo conhecimento partilhado, e aos meus colegas, por todas as experiências que vivi ao longo destes 5 anos.

À D. Cátia Goulart, do Município das Lajes do Pico, e ao Dr. Manuel Costa Júnior, Diretor do Museu do Pico, que me deram uma ajuda mais do que inalcançável na minha viagem aos Açores.

A todos os que me ajudaram, no Pico e no Faial, pela disponibilidade, pelas conversas, pela partilha de conhecimento e pelo tempo que me dedicaram. Foram vocês que tornaram este estudo não só possível, mas também profundamente enriquecedor e especial de desenvolver.



## Resumo

A presença histórica de cetáceos nos Açores configura-se como um elemento estruturante da identidade regional, moldando atividades económicas, saberes tradicionais e representações culturais associadas ao meio marinho. Ao longo do tempo, esta relação alterou-se, passando da baleação, que marcou profundamente a economia e a memória coletiva das comunidades insulares, para o *whale watching*, uma mudança que refletiu não apenas alterações económicas, ecológicas e legislativas, mas também uma reconfiguração das representações sociais e culturais sobre o mar. A presente dissertação investiga a aplicabilidade do conceito de *shifting baseline* (Pauly, 1995) no contexto das ilhas do Pico e do Faial, analisando de que forma é que perceções intergeracionais refletem transformações ecológicas, culturais e identitárias na comunidade açoriana. Com base em entrevistas narrativas a antigos baleeiros e às gerações mais jovens envolvidas nas atividades de *whale watching*, bem como a museus e iniciativas ligadas ao mar, o estudo explora a relação entre memória coletiva, identidade social e redefinições de normalidade ecológica. Os resultados revelam a coexistência de narrativas regressivas, centradas na abundância passada e no valor económico da baleação, e narrativas progressivas, focadas na conservação, no turismo sustentável e na valorização ética dos cetáceos. A investigação conclui que o *shifting baseline* se manifesta não apenas em termos ecológicos, mas envolve também dimensões culturais, afetivas e identitárias, sugerindo-se que a transmissão intergeracional de memórias beneficia práticas de conservação mais informadas, inclusivas e culturalmente enraizadas.

**Palavras-Chave:** *shifting baseline; cetáceos; Açores; baleação; memória coletiva; perceções intergeracionais*



## Abstract

The historical presence of cetaceans in the Azores has been a defining element of regional identity, shaping economic activities, traditional knowledge, and cultural representations related to the marine environment. Over time, this relationship has shifted from *whaling*, which profoundly influenced the local economy and collective memory, to *whale watching*, a transformation that reflected not only economic, ecological, and legislative changes, but also a reconfiguration of social and cultural representations of the sea. This dissertation investigates the applicability of the *shifting baseline syndrome* (Pauly, 1995) concept in the context of Pico and Faial islands, examining how intergenerational perceptions reflect ecological, cultural, and identity transformations within the Azorean community. Based on narrative interviews with former whalers and younger generations involved in whale watching activities, as well as with museums and initiatives linked to the sea, the study explores the relationship between collective memory, social identity, and redefinitions of ecological normality. The results reveal the coexistence of regressive narratives, centered on past abundance and the economic value of whaling, and progressive narratives, focused on conservation, sustainable tourism, and the ethical valuation of cetaceans. The research concludes that the *shifting baseline syndrome* manifests not only ecologically but also culturally, emotionally, and in terms of identity, suggesting that intergenerational transmission of memories can support more informed, inclusive, and culturally embedded conservation practices.

**Keywords:** *shifting baseline; cetaceans; Azores; whaling; collective memory; intergenerational perceptions*



# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	iii
<b>Resumo</b> .....	v
<b>Abstract</b> .....	vii
<b>Introdução</b> .....	- 1 -
<b>Capítulo 1 - Revisão de Literatura</b> .....	- 3 -
<b>Da Baleação ao Whale Watching</b> .....	- 3 -
O Mar dos Açores.....	- 3 -
Os Cetáceos.....	- 4 -
A Baleação Açoriana.....	- 6 -
O regime internacional e nacional de proteção das baleias.....	- 9 -
<b>Da Baleação ao <i>Whale Watching</i></b> .....	- 14 -
<b><i>Shifting Baseline</i> e a Amnésia Ambiental</b> .....	- 16 -
O Conceito de <i>Shifting Baseline</i> .....	- 16 -
Amnésia Geracional e Amnésia Pessoal.....	- 18 -
A interdisciplinaridade do conceito de <i>Shifting Baseline</i> .....	- 21 -
<b>As narrativas, a memória social e a identidade</b> .....	- 23 -
Narrativas Pessoais e Narrativas Coletivas.....	- 23 -
<b>A relação das pessoas com o lugar</b> .....	- 29 -
<b>Objetivos específicos do trabalho</b> .....	- 33 -
<b>Capítulo 2 - Metodologia</b> .....	- 35 -
<b>1. Pesquisa</b> .....	- 35 -
<b>2. Método de Análise</b> .....	- 35 -
2.1. Participantes.....	- 35 -
2.2. Processo de Análise.....	- 36 -
<b>Capítulo 3 – Análise das Entrevistas</b> .....	- 39 -
<b>3.1 Narrativa baseada em memórias históricas de abundância e conexão funcional com o mar</b> .....	- 40 -

3.1.1 Percepção de abundância marinha no passado .....	- 40 -
3.1.2 A baleação como necessidade e modo de vida.....	- 42 -
3.1.3. O mar como identidade e espaço de pertença.....	- 45 -
3.1.4. Distância e desvalorização das gerações atuais .....	- 48 -
<b>3.2 Narrativa centrada na conservação e valorização atual dos cetáceos .....</b>	<b>- 49 -</b>
3.2.1. Compreensão crítica e contextualizada da baleação.....	- 50 -
3.2.2 Revalorização ética e simbólica dos cetáceos .....	- 53 -
3.2.3 Memória herdada e reconstruída .....	- 55 -
3.2.4 Confiança no presente e idealização da conservação atual .....	- 57 -
<b>Capítulo 4 - Resultados e Discussão.....</b>	<b>- 61 -</b>
<b>Capítulo 5 - Conclusão .....</b>	<b>- 67 -</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>- 71 -</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>- 78 -</b>



## Introdução

Ao longo da sua história, os Açores desenvolveram uma relação única com os cetáceos, marcada pela transição da baleação para o turismo de observação de baleias. Até 1984, a caça ao cachalote assumiu um papel central na economia e na identidade das comunidades açorianas (de Oliveira, 2005; Vieira, 1996). Nas décadas seguintes, esta atividade foi progressivamente substituída pelo *whale watching*, que consolidou o arquipélago como um destino internacional de referência para o turismo de observação de cetáceos e para a conservação da biodiversidade local (Vieira et al., 2018; Wilder, 2024). A passagem “do arpão para a máquina fotográfica”, muitas vezes descrita pelos habitantes do Pico e do Faial, ilustra de forma paradigmática as dinâmicas culturais relacionadas com o conceito de *shifting baseline*, originalmente formulado por Pauly (1995), que descreve a tendência das sociedades para normalizarem gradualmente a degradação ambiental, estabelecendo como “normal” apenas os estados ecológicos vivenciados por cada um, e esquecendo os anteriores (Papworth et al., 2009).

O estudo deste conceito revela-se particularmente relevante uma vez que permite compreender como é que as memórias e as experiências intergeracionais moldam a interpretação das mudanças ecológicas. Num contexto global marcado por uma crescente perda de biodiversidade, analisar de que forma é que comunidades locais reinterpretem a sua relação com os ecossistemas marinhos oferece contributos significativos para repensar práticas de conservação e de gestão sustentável (Alleway et al., 2023). O caso açoriano permite observar como é que a mudança nas práticas económicas, da exploração para a conservação, se articula com narrativas culturais e identitárias, revelando dinâmicas sociais que ultrapassam os dados científicos tradicionais e que abrem espaço para abordagens mais inclusivas e participativas de sustentabilidade e conservação.

Apesar da crescente relevância do conceito de *shifting baseline* na investigação ambiental, a literatura tem privilegiado sobretudo o recurso a dados históricos e a séries temporais ecológicas na reconstrução de *linhas de base* (Sáenz-Arroyo et al., 2005; Novaglio et al., 2020), negligenciando a análise das memórias sociais e culturais como fontes de conhecimento ecológico (Pauly, 2019). No caso dos Açores, a investigação tem incidido maioritariamente na dimensão biológica e turística dos cetáceos, permanecendo pouco explorada a forma como as narrativas e as identidades locais mediam os diálogos entre as diferentes gerações. Para compreender de forma mais aprofundada o estado atual e futuro dos ecossistemas marinhos, é

essencial conhecer o seu histórico. Avaliar as transformações nos ecossistemas marinhos ao longo do tempo implica compará-los com condições anteriores. Nesse sentido, uma *linha de base* ambiental funciona como um ponto de referência para essas comparações e deve ser definida sempre que se aplicam medidas de proteção e conservação nos ecossistemas marinhos. Embora o conceito de *shifting baseline* tenha sido amplamente aplicado em contextos ecológicos e de gestão pesqueira (Pauly, 1995; Sáenz-Arroyo et al., 2005; Novaglio et al., 2020), a literatura poucas vezes explora a sua articulação com as narrativas pessoais e coletivas enquanto recursos de memória e identidade. Persistem, por isso, lacunas quanto à compreensão de como as narrativas moldam a interpretação das várias gerações relativamente à mudança ambiental e de que forma podem contribuir para a reconstrução de *linhas de base* mais abrangentes. Esta ausência é particularmente relevante em contextos insulares, como os Açores, onde a ligação cultural ao mar e aos cetáceos desempenha um papel estruturante na identidade comunitária. Alguns estudos recorrem a relatos orais e memórias locais para reconstruir baselines ecológicas (Sáenz-Arroyo et al., 2005; Allevay & Connell, 2015), mas tendem a tratar as narrativas apenas como fontes de dados empíricos. Raramente são analisadas como construções culturais e identitárias, capazes de mediar a forma como as comunidades percecionam a mudança ambiental.

Neste trabalho procura-se, desta forma, analisar as perceções intergeracionais sobre os cetáceos nos Açores, explorando a relação entre narrativas pessoais, memória coletiva e redefinições de normalidade ecológica. Para tal, pretende-se compreender como diferentes gerações recordam e reinterpretam o passado da baleação; de que forma os jovens integram valores globais de conservação dos cetáceos; e em que medida as narrativas de ambas as gerações, da baleação ao *whale watching*, revelam mecanismos de amnésia geracional e pessoal. Ao articular dimensões ecológicas, culturais e identitárias, este estudo procura demonstrar o valor das narrativas como recurso estratégico para a educação ambiental, para a gestão participada dos ecossistemas marinhos e para a formulação de políticas de proteção dos cetáceos mais informadas.

A dissertação encontra-se organizada em cinco tópicos estruturantes. O estudo começa por apresentar o enquadramento histórico e ecológico da relação açoriana com os cetáceos, desde a baleação até ao *whale watching*. De seguida, aborda-se o conceito de *shifting baseline* e as suas articulações com a amnésia ambiental, a memória social e a identidade, seguido de um tópico centrado nas narrativas pessoais e coletivas enquanto mediadoras das interpretações ambientais.

Seguidamente, aborda-se a relação das diferentes gerações com o lugar, particularmente na região dos Açores. Posteriormente, descreve-se a metodologia, baseada em entrevistas narrativas intergeracionais, e discutem-se os resultados da investigação, analisando as narrativas recolhidas e refletindo sobre as suas implicações no contexto do estudo. Por fim, as conclusões sintetizam os principais contributos da dissertação, destacando a importância de integrar memória, narrativa e conservação ecológica na construção de políticas sustentáveis nos Açores.

## **Capítulo 1 - Revisão de Literatura**

### **Da Baleação ao Whale Watching**

#### **O Mar dos Açores**

Localizado no Atlântico Norte, o Arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas e diversos ilhéus, situados entre os paralelos 36° 55' e 39° 43' N e os meridianos 24° 46' e 31° 16' W. Este posicionamento insular destaca o seu forte isolamento geográfico, com uma distância de aproximadamente 1.430 km do continente europeu e mais de 3.900 km da América do Norte. Alinhadas na direção WNW-ESSE devido à tectónica regional, as ilhas estão agrupadas em três conjuntos: Ocidental, Central e Oriental. A maior distância entre as ilhas é de cerca de 340 milhas náuticas (630 km), separando o Corvo de Santa Maria. Com uma área total de 2.334 km<sup>2</sup>, os Açores representam apenas 2,6% do território nacional (88.797 km<sup>2</sup>), apresentando ilhas de dimensões muito variáveis. São Miguel (745,8 km<sup>2</sup>), Pico (448,4 km<sup>2</sup>) e Terceira (403,4 km<sup>2</sup>) concentram 70% da superfície total. Por outro lado, São Jorge (245,9 km<sup>2</sup>), Faial (173,8 km<sup>2</sup>) e Flores (141,6 km<sup>2</sup>) possuem uma dimensão intermédia, enquanto que Santa Maria (97,1 km<sup>2</sup>), Graciosa (61,2 km<sup>2</sup>) e Corvo (17,2 km<sup>2</sup>) são as menores. Segundo a definição da UNESCO (*in* Dionísio et al., 2007), todas as ilhas açorianas podem ser classificadas como "pequenas ilhas", com menos de 1.000 km<sup>2</sup> (Dionísio et al., 2007). O meio marinho dos Açores, com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) superior a 1 milhão de quilómetros quadrados, é de elevado interesse para a conservação e biologia marinha devido à sua posição isolada e formação recente (Santos et al., 1995, Sá, 2008; de Oliveira, 2005).

O clima açoriano distingue-se pela sua elevada variabilidade, marcada por nebulosidade frequente e precipitação regular ao longo de todo o ano, sendo pouco habituais períodos prolongados de céu limpo (de Oliveira, 2005). Influenciado pela sua localização mais ao norte

em relação a outros arquipélagos da Macaronésia, apresenta características marcadamente oceânicas, com temperaturas amenas e elevada pluviosidade. A fauna e flora das ilhas açorianas caracterizam-se por uma singularidade exemplar, reforçando-se, desta forma, a importância da sua conservação (Dionísio et al., 2007). O mar dos Açores cobre cerca de um milhão de quilómetros quadrados, representando mais de metade das águas portuguesas (55%) e cerca de 15% das águas europeias. Dentro desta área, encontram-se alguns dos ambientes insulares de mar aberto e de águas profundas mais importantes e únicos do Atlântico Norte (Wilder, 2024), sendo um dos mais ricos em termos de biodiversidade e abrigando importantes habitats insulares, de mar aberto e de profundidade oceânica (Santos, 2013). A especificidade geográfica dos Açores reflete-se também na morfologia complexa do fundo marinho que envolve o arquipélago. A ausência de uma plataforma continental desenvolvida, juntamente com a presença de numerosos montes submarinos, depressões e elevações, origina acentuadas variações batimétricas, que em certas zonas ultrapassam os 1000 metros de profundidade (Silva & Pinho, 2007 *in* Sá, 2008) Este património natural enfrenta, cada vez mais recorrentemente, diversas ameaças e exige medidas eficazes de proteção (Blue Azores, n.d.).

A relação dos açorianos com o mar é profunda e multifacetada, refletindo-se tanto na sua identidade cultural como no desenvolvimento económico e científico da região. Embora a colonização portuguesa, iniciada no século XV, tenha dado origem a uma exploração inicial sobretudo costeira, as pressões sobre os recursos marinhos intensificaram-se a partir da segunda metade do século XX, evoluindo de práticas de subsistência para atividades comerciais (Santos, 2013). Devido ao seu isolamento no Atlântico, a investigação científica nos mares açorianos desenvolveu-se de forma relativamente tardia, apesar de algumas iniciativas como as da família Dabney, no século XIX, que contribuíram para o reconhecimento internacional da região.

Atualmente, a diversidade de ecossistemas marinhos, desde montes submarinos e recifes de corais frios até ambientes pelágicos ricos em cetáceos e comunidades associadas a fontes hidrotermais, fazem dos Açores um laboratório natural de relevância internacional (Santos, 2013).

### **Os Cetáceos**

As ilhas açorianas possuem uma relação histórica muito consolidada com os cetáceos, dispendo-se como um caso exemplar de desenvolvimento do turismo marinho centrado na observação de baleias (de Oliveira, 2005). Até ao momento, foram registadas 28 espécies de

cetáceos na região, conferindo ao arquipélago um reconhecimento internacional como um dos principais destinos para a observação de baleias e golfinhos (García et al., 2023). Entre as espécies mais observadas em levantamentos de campo destacam-se o golfinho-pintado (*Stenella frontalis*), o golfinho-comum (*Delphinus delphis*), o roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*), o grampo (*Grampus griseus*) e o cachalote (*Physeter macrocephalus*) (de Oliveira, 2005).

A ordem *Cetacea* compreende três subordens: *Archaeoceti*, um grupo extinto conhecido apenas pelo registo fóssil; *Mysticeti*, ou baleias de barbas, representadas por cerca de 14 espécies atuais; e *Odontoceti*, ou cetáceos com dentes, que englobam mais de 70 espécies, incluindo golfinhos, botos e diversas baleias dentadas (Leatherwood & Reeves, 1983; Martin & Reeves, 2002). Os cetáceos apresentam estruturas sociais complexas e múltiplas estratégias comportamentais. Enquanto predadores de topo, a dieta destes animais depende de fatores como a morfologia e a presença ou ausência de dentes. As baleias de barbas alimentam-se sobretudo de pequenos peixes ou de enormes quantidades de organismos planctónicos, como o *krill*, filtrados de forma eficiente pelas barbas. Já os odontocetos, como é o caso do cachalote, capturam individualmente presas como lulas, peixes e, em casos específicos, outros mamíferos marinhos (de Oliveira, 2005).

O cachalote é o maior representante da subordem *Odontoceti*, que reúne todos os cetáceos com dentes. É conhecido pela sua notável capacidade de mergulho, alcançando altas profundidades e durações superiores a uma hora (Sá, 2008). A sua morfologia é marcada por uma cabeça desproporcional, sobretudo nos machos, que pode corresponder a mais de um terço do comprimento corporal (Barreiros, 2017), que alberga o maior cérebro conhecido no reino animal e o órgão do espermacete, importante pelo seu óleo extremamente valorizado durante a época da caça às baleias (Sá, 2008).

Nos Açores, a população de cachalotes é constituída maioritariamente por fêmeas e jovens, que se distribuem preferencialmente em zonas profundas associadas a taludes submarinos e águas mais quentes (Gordon & Steiner, 1992). Os grupos sociais, geralmente com até 20 indivíduos, incluem fêmeas adultas, crias e juvenis. Os machos jovens abandonam estes grupos entre os 6 e os 8 anos, deslocando-se para latitudes mais elevadas onde formam agregações masculinas (Whitehead, 2003). A dieta é dominada por cefalópodes, em particular lulas (Sá, 2008).

A espécie distingue-se pelo seu comportamento de mergulho em altas profundidades, fundamental na procura de alimento. Foram registados mergulhos até 2250 metros, havendo alguma especulação de que possam atingir os 3000 metros (Sá, 2008). O tempo médio de submersão situa-se entre 30 e 45 minutos, podendo ultrapassar uma hora (Watkins et al., 1993; Whitehead, 2003). Estes mergulhos apresentam geralmente duas fases: a descida e procura ativa de alimento, seguida de um período de recuperação à superfície. Nesse intervalo, o animal exhibe sopros regulares e visíveis pelo espiráculo, permanecendo imóvel ou deslocando-se lentamente (Whitehead, 2003).

### **A Baleação Açoriana**

A baleia tem sido, ao longo da história, objeto de consumo humano, explorada pela sua gordura, óleos e ossos. Registos históricos apontam para a prática da caça desde há milhares de anos, com evidências da sua utilização a começar nos anos de 2200 A.C. (Fitzmaurice, 2017). Contudo, foi a partir da Idade Média que a atividade adquiriu uma maior dimensão organizada, destacando-se os bascos, que, a partir do século VII, desenvolveram técnicas sistemáticas de captura no Atlântico Norte. Posteriormente, outros povos europeus, como flamengos, normandos, britânicos e holandeses, expandiram a atividade, ultrapassando a primazia basca e consolidando a baleação como uma atividade económica relevante (Fitzmaurice, 2017).

Durante séculos, a baleação manteve-se associada a métodos artesanais, com técnicas de arpoamento manual e processamento costeiro. Contudo, o esgotamento das populações costeiras levou à expansão para o alto mar, surgindo um novo tipo de baleação - *pelagic whaling* - (Clark & Lamberson, 1982), acompanhada de inovações tecnológicas, como os arpões explosivos, a utilização de sonar e, mais tarde, a criação de navios-fábrica com rampas de popa, *slipways*, que permitiam processar integralmente os animais a bordo (Fitzmaurice, 2017). Estas transformações, sobretudo no início do século XX, possibilitaram um aumento exponencial das capturas, com milhares de baleias abatidas anualmente, resultando num colapso populacional cada vez mais significativo (Fitzmaurice, 2017).

A caça à baleia desenvolveu-se em várias regiões costeiras e insulares, assumindo particular relevância na América do Norte, sobretudo em New Bedford, na Nova Inglaterra (Cordeiro, 2019). A abundância de cetáceos nos mares açorianos atraiu as frotas baleeiras da costa leste dos Estados Unidos, os chamados “*Yankee Whalers*” que, a partir do século XVIII, passaram a frequentar o arquipélago (Vieira, 1996). Nesta época, o porto da Horta recebia anualmente até

duzentas embarcações baleeiras de diversas nacionalidades. Este fluxo era motivado pela abundância de cachalotes nas águas próximas e pela conveniência de um porto seguro no meio do oceano, adequado tanto para reparações navais como para o reabastecimento de provisões (IWC, s.d.; Clarke, 2001; Vieira, 1996).

No contexto dos Açores, a caça ao cachalote desenvolveu-se inicialmente a partir dos navios baleeiros norte-americanos que cruzavam regularmente a chamada “*Western Islands zone*” (Clarke, 2001). Os americanos introduziram no arquipélago novas técnicas e recrutaram mão-de-obra local, reconhecida pela sua competência como vigias, remadores e trancadores (Ashley, 1926). Os açorianos integraram progressivamente as tripulações, e a experiência adquirida a bordo permitiu-lhes adaptar a baleação para o contexto costeiro (Clarke, 2001).

A partir de meados do século XIX, as populações açorianas passaram a desenvolver a baleação enquanto atividade económica própria (Cordeiro, 2019). A espécie exclusivamente capturada no arquipélago foi o cachalote, do qual o principal produto obtido era o óleo, valorizado como combustível e matéria-prima para a indústria cosmética, a pintura, entre outras aplicações (Clarke, 2001). O óleo de baleia, em especial o espermacete extraído da cabeça dos cachalotes, representava uma das principais fontes de rendimento na indústria. Embora as companhias competissem intensamente entre si, o acesso às baleias era livre, e o sucesso dependia sobretudo da rapidez e eficácia da perseguição, já que, após o primeiro arpoamento, os restantes grupos dispersavam. Esta dinâmica competitiva acabou por funcionar como um mecanismo de autorregulação, dando a perceção de sustentabilidade da atividade, uma vez que as capturas por unidade de esforço não registaram decréscimos significativos (IWC, s.d).

A proximidade geográfica levou os habitantes da ilha do Pico, a principal ilha baleeira do arquipélago, a reconhecerem a oportunidade económica associada ao aproveitamento de produtos derivados da baleia. A partir das Lajes do Pico, foi organizada uma atividade baleeira costeira, oficialmente iniciada em 1867 e mantida durante mais de um século. No período de maior intensidade, esta indústria envolvia 22 botes e cerca de 98 homens, distribuídos por sete companhias locais. O avistamento dos cetáceos era assegurado por vigias instalados em abrigos de pedra, construídos em pontos elevados da ilha. Quando identificavam cachalotes, transmitiam sinais visuais aos baleeiros, que seguiam para o mar em botes à vela. Ao se aproximarem dos animais, arriavam as velas e prosseguiam a remos para lançar arpões manuais – a técnica do arpoamento. A partir da década de 1930, a introdução de lanchas a motor permitiu rebocar os botes até à zona de caça. Contudo, a fase final do processo e o arpoamento

mantiveram-se sempre fiéis ao método tradicional (IWC, s.d). No caso dos Açores, a captura de cachalotes assumiu um carácter marcadamente costeiro, recorrendo, durante todo o século, a técnicas de base tradicional (de Oliveira, 2005).

Em 1876, constituiu-se a primeira empresa baleeira açoriana com sucesso operacional. Cerca de uma década depois, nas Lajes do Pico registavam-se 16 botes, numa comunidade com aproximadamente 1.500 habitantes (Clarke, 2001). As embarcações locais eram inspiradas no modelo norte-americano, mas apresentavam maiores dimensões e capacidade de tripulação (Neves-Graça, 2004). Durante o século XX, a atividade modernizou-se progressivamente, mantendo a tradição do bote aberto, que reflete a herança direta da tradição americana, que por sua vez teve origem na adaptação da canoa indígena usada na baleação costeira (Clarke, 2001). Um marco importante no desenvolvimento da atividade foi a introdução de rebocadores motorizados, utilizados desde 1909, que aumentaram o alcance operacional das embarcações e a eficiência das operações (Clarke, 2001). Posteriormente, a instalação de fábricas modernas em São Miguel (1934), Faial (1943), Pico (1946) e Flores (1940s) permitiu mecanizar o desmanche e diversificar a utilização de subprodutos, incluindo carne e óleo de fígado. Também, a criação do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia instituiu uma estrutura corporativa de regulação, centralizando a negociação de exportações, impondo regras sobre recrutamento e armamento das armações e recolhendo estatísticas sobre capturas. Esta organização contribuiu para a consolidação e racionalização da indústria açoriana (Clarke, 2001).

No final do século XVIII, os Açores assumem já uma importância estratégica nas rotas da baleação atlântica. Ao longo do século XIX, num contexto económico de subsistência, muito rudimentar, a baleação consolidou-se como a alternativa económica central (Clarke, 2001). A prosperidade da baleação açoriana esteve também intrinsecamente ligada às conjunturas internacionais: as duas Guerras Mundiais provocaram um aumento da procura de óleo de cachalote, favorecendo a expansão local. Em 1944, o arquipélago era responsável por mais de 40% das capturas mundiais da espécie. O desenvolvimento tecnológico, aliado às comunicações por rádio entre vigias e lanchas, reforçou a capacidade operacional e a coordenação entre armações (Clarke, 2001).

Entre as décadas de 1950 e 1980, os cachalotes abatidos nos Açores representaram cerca de metade das capturas desta espécie no Atlântico Norte (Gonçalves & Prieto, 2003 *in* de Oliveira, 2005). Com o passar do tempo, os derivados da baleação foram progressivamente

substituídos por alternativas mais acessíveis e, em muitos casos, mais eficazes, o que retirou viabilidade económica à atividade (Oliveira et al, 2007; IWC, s.d). Consequentemente, a captura de cachalotes deixou de apresentar viabilidade económica. Embora em 1987 ainda tenham sido abatidos três cachalotes, num gesto de contestação social, a caça comercial ao cachalote terminou definitivamente nos Açores em 1984 (Santos et al., 1995; de Oliveira, 2005).

### **O regime internacional e nacional de proteção das baleias**

Face a um cenário de sobre-exploração dos cetáceos, derivado do avanço tecnológico e de técnicas de caça, surgiram, no período entre as duas Guerras Mundiais, os primeiros esforços de regulação internacional (de Camargo Subtil, 2022).

A Convenção de Genebra para a Regulação da Baleação de 1931 e o Acordo Internacional de 1937 de Regulação da Baleação representaram tentativas iniciais de limitar capturas e proteger algumas espécies de cetáceos, ainda que com uma eficácia reduzida (de Camargo Subtil, 2022; Cardoso, 2012), mas que serviram de base para o desenvolvimento de um regime jurídico mais estruturado. Em 1946, foi assinada a Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira (Cardoso, 2012), que estabeleceu consigo a Comissão Baleeira Internacional (CBI). A Convenção incorporava objetivos ambivalentes: por um lado, a conservação das populações de baleias; por outro, a manutenção da indústria baleeira, ainda considerada estratégica e essencial em vários países no período do pós-guerra (Dorsey, 2014).

A Comissão instituiu quotas, períodos permitidos de pesca, limites de tamanho e métodos de captura (Fitzmaurice, 2017). Reconheceu também exceções como a baleação de subsistência indígena e a baleação científica (Fitzmaurice, 2017), usada anos mais tarde por algumas nações como forma de pretexto para continuar a caça intensiva (Dorsey, 2014). Apesar destas medidas, a aplicação prática revelou-se limitada, sobretudo devido ao sistema de opt-out, que permitia aos Estados não aplicar determinadas disposições (de Camargo Subtil, 2022). A falta de fiscalização internacional e a fragilidade dos mecanismos de cumprimento comprometeram a eficácia da Convenção (de Camargo Subtil, 2022; Dorsey, 2014).

A crescente pressão das organizações não-governamentais, como o *International Fund for Animal Welfare* (IFAW), e a consciência da queda acentuada das populações de grandes cetáceos levaram a que, em 1982, a CBI adotasse uma moratória global à baleação comercial (ICNF, s.d; Cardoso, 2012), em vigor a partir de 1986, da qual Portugal foi um dos países

apoiantes. Esta medida, ainda hoje aplicável, representou um marco internacional na conservação das baleias (Fitzmaurice, 2017).

Historicamente, para além das medidas adotadas no âmbito da Comissão Baleeira Internacional, os cetáceos em Portugal estão protegidos também por outras diretivas europeias e convenções internacionais de conservação da biodiversidade. No plano internacional, Portugal é signatário em diversos tratados que reforçam a proteção destas espécies. A Convenção CITES, de 1973, ratificada por Portugal em 1980 com o Decreto n.º 50/80 de 23 de Julho, reforçou a regulação do comércio internacional de espécies ameaçadas da fauna e flora selvagens, proibindo a comercialização de várias espécies de cetáceos (Lanceiro, 2020; Rocha, 2009). Anos mais tarde, a Convenção de Berna de 1979, relativa à conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa, incluiu todos os cetáceos nas listas de proteção (Dejéant-Pons, 1994). Em 1979, a Convenção de Bona, ratificada por Portugal através do Decreto n.º 103/80, de 11 de outubro, sobre a conservação das espécies migradoras, reconheceu o carácter transfronteiriço das populações de cetáceos e promoveu acordos regionais para a sua preservação (Lyster, 1989). Em 1996, o acordo ACCOBAMS, relativo à conservação dos cetáceos no Mar Negro, Mediterrâneo e zona atlântica adjacente, do qual Portugal faz parte, procurou reduzir ameaças como capturas acidentais, poluição marinha e perturbações causadas por atividades humanas (Burns, 1998).

Ao nível da União Europeia, destaca-se a Diretiva Habitats (92/43/CEE), que desenhou medidas para a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens (Queirós, 2005; Cardoso, 2012), incluindo a especificação dos cetáceos como espécies de proteção necessária. Esta diretiva esteve também na origem da criação da Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia destinada a assegurar a preservação da biodiversidade (Governo dos Açores, s.d.). Em Portugal, várias áreas marinhas e costeiras foram incluídas nesta rede, nomeadamente nos Açores, onde se encontram os habitats mais relevantes dos cetáceos (Gil, 2006).

No panorama nacional, a legislação relativa à proteção dos cetáceos reflete uma transição gradual da exploração para a conservação das espécies marinhas. O ponto de partida foi o Decreto-Lei n.º 263/81, de 3 de setembro, que constituiu a primeira lei portuguesa a proteger todos os cetáceos nos estuários e na ZEE. Este diploma proibiu expressamente a captura, o abate, o comércio e a retenção de mamíferos marinhos, permitindo exceções apenas para fins científicos ou de pesquisa, garantindo assim uma base legal para a preservação da fauna marinha em águas sob jurisdição portuguesa continental (da Silva, 2008). Nos Açores, a situação evoluiu

de forma diferente devido ao seu estatuto enquanto região autónoma. Com Portugal a entrar para a CEE na mesma altura em que surge a moratória internacional à baleação comercial, é implementada, em 1984, a proibição da caça à baleia no arquipélago, marcando o encerramento oficial da atividade de baleação açoriana, a última prática desta natureza em Portugal. Paralelamente, a CITES, da qual Portugal é signatário desde 1980, estabeleceu regras rigorosas que proibiram o comércio de produtos derivados de baleia, reforçando a proteção global dessas espécies (de Oliveira, 2005). A partir desse momento, a caça à baleia passou a ser completamente proibida nos Açores, alinhando-se com as normas internacionais de conservação e os compromissos assumidos por Portugal no âmbito da proteção de espécies ameaçadas.

Anos mais tarde, em 2002, Portugal consolidou o seu compromisso internacional com a proteção das baleias através do Decreto n.º 18/2002, de 3 de maio, que formalizou a ratificação da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, de 1946. Com este ato, Portugal tornou-se Estado-Membro da convenção e passou a integrar oficialmente a Comissão Baleeira Internacional, assumindo um papel ativo na regulação da caça à baleia e na conservação global das populações de cetáceos.

No plano regional, em 1983, o Parlamento Regional aprovou o Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de março, que estabeleceu normas para a preservação do equilíbrio ecológico, incluindo a proibição da caça de golfinhos que frequentavam os mares açorianos. Este foi o primeiro diploma regional com impacto direto na conservação dos mamíferos marinhos nas águas sob jurisdição portuguesa. Em 1989, o Decreto-Lei n.º 316/89, de 22 de setembro veio alargar esta proteção a mais mamíferos marinhos presentes no arquipélago, representando uma extensão prática dos princípios da Convenção de Berna e reforçando a lógica de proteção integrada que se viria a consolidar ao nível nacional e europeu.

Nos Açores, diversas AMPs foram designadas desde 1980 em conformidade com a legislação regional e nacional (Gil, 2006). A Rede de Áreas Protegidas dos Açores, estruturada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 12 de abril, é composta por três tipos de unidades de gestão: os Parques Naturais de Ilha (PNI), o Parque Marinho dos Açores (PMA) e as Áreas Protegidas de âmbito local. As zonas marinhas localizadas no mar territorial junto a cada ilha do arquipélago estão integradas nos respetivos Parques Naturais de Ilha (Vergílio et al., 2017; Governo Regional dos Açores, 2020).

A Rede de Áreas Protegidas dos Açores integra todas as Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores e adota a classificação definida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). No âmbito desta rede, as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) podem apresentar diferentes níveis de proteção, variando de acordo com os objetivos específicos de cada espaço (Gil, 2006). Estes níveis podem ir desde o acesso livre com regulações mínimas até à proibição total de atividades humanas (Fournier & de Castro Panizza, 2003). A classificação da UICN organiza-se em seis categorias, definidas com base nas finalidades e características das áreas: reservas naturais (Categoria I), parques nacionais (Categoria II), monumentos naturais (Categoria III), áreas voltadas para a gestão de habitats ou espécies específicas (Categoria IV), paisagens protegidas (Categoria V) e áreas protegidas com gestão de recursos (Categoria VI) (Vicente, 2019; Governo Regional dos Açores, 2020). Esta abordagem permite integrar diferentes graus de proteção numa mesma área, garantindo uma maior eficácia de conservação (Vicente, 2019; Schmiing & Afonso, 2014; Gil, 2006).

Com a criação dos Parques Naturais de Ilha existem, até ao presente momento, 124 áreas protegidas, distribuídas por 19 Reservas Naturais, 11 Monumentos Naturais, 48 Áreas Protegidas destinadas à gestão de habitats ou espécies, 16 Áreas de Paisagem Protegida e 30 Áreas Protegidas para a gestão de recursos. No total, estas áreas abrangem 180.374 hectares, dos quais 56.219 correspondem a área terrestre (Governo Regional dos Açores, 2020). Os nove Parques Naturais de Ilha já estabelecidos, que incluem áreas pertencentes à Rede Natura 2000 e outras designadas no âmbito de convenções internacionais, juntamente com o Parque Marinho dos Açores, formam a principal unidade de gestão da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores (Governo Regional dos Açores, 2020).

O Parque Marinho dos Açores (PMA) foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A como parte de uma revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas, estabelecida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, procurando garantir a proteção e gestão sustentável das áreas marinhas protegidas nos mares dos Açores, sob a competência do governo da Região Autónoma (Gil, 2006). As áreas marinhas adjacentes às ilhas, incluídas nos Parques Naturais de Ilha (PNIs), estão fora do âmbito do PMA (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A).

A estrutura do PMA está alinhada com diretrizes internacionais de conservação, como a Política Marítima Europeia, a Estratégia Nacional para o Mar e a Diretiva-Quadro "Estratégia

Marinha" (2008/56/CE). Integram este parque áreas protegidas classificadas em várias categorias, incluindo (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A):

1. Rede Natura 2000, que abrange habitats e espécies protegidas de acordo com as diretivas europeias de preservação de aves e habitats naturais. A Rede Natura 2000 integra as Zonas Especiais de Conservação (ZEC), sítios criados para salvaguardar áreas essenciais a determinadas espécies e habitats listados, nomeadamente, na Diretiva Habitats da União Europeia previamente abordada.

2. Áreas sob o âmbito da Convenção OSPAR, que protege o meio marinho do Atlântico Nordeste.

3 AMP no mar territorial do Arquipélago dos Açores, incluindo o Canal Faial-Pico.

Além disso, o PMA pode incluir áreas específicas destinadas à preservação de espécies como tartarugas, aves marinhas e cetáceos, incluindo corredores de migração, locais de alimentação e zonas de reprodução. Este parque também poderá incorporar novas áreas identificadas como cruciais para a gestão de recursos ameaçados, incluindo áreas protegidas em águas internacionais (HSMPAs), colocadas sob jurisdição nacional (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A). O PMA reforça o papel dos Açores na conservação marinha global e no uso sustentável dos seus recursos oceânicos (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A).

Em 2023, o Governo Regional dos Açores comprometeu-se a rever as Áreas Marinhas Protegidas (AMP), com o objetivo de proteger 30% do mar açoriano. Esta revisão concretiza-se na segunda alteração ao diploma do Parque Marinho dos Açores. A proposta baseou-se em fundamentação científica e num processo participativo que envolveu representantes de diferentes setores ligados ao mar (Governo Regional dos Açores, 2020). A nova configuração do Parque Marinho dos Açores procura incluir uma nova rede de áreas Marinhas Protegidas (RAMPA) que garantirão a proteção de 30% do mar dos Açores, sendo que metade dessa área será completamente interdita a atividades extrativas (Blue Azores, n.d.).

Atualmente existem no Mar dos Açores 50 Áreas Marinhas Protegidas, 15 oceânicas, pertencentes ao Parque Marinho dos Açores e 35 costeiras, em Parques Naturais de Ilha (Blue Azores, n.d.).

## **Da Baleação ao *Whale Watching***

Com o fim da caça à baleia, surgiu uma nova oportunidade de exploração dos cetáceos, desta vez sob a forma de turismo (IWC, s.d.). Com o turismo nos Açores em crescimento, a observação de cetáceos emergiu como uma nova modalidade de turismo marinho, que já ganhava popularidade em várias regiões costeiras do mundo. Em 1987, o Fundo Internacional para o Bem-Estar Animal (IFAW) e a Comunidade Europeia apoiaram estudos de viabilidade para avaliar o potencial da observação de baleias nos Açores. Em 1989, empreendedores estrangeiros e locais lançaram as primeiras operações de observação de cetáceos a partir do porto das Lajes do Pico (IWC, s.d.). Esta transição aproveitou a ligação histórica dos Açores com os cetáceos, ilustrando uma mudança bem-sucedida da caça à baleia para a observação turística (García et al., 2023). Apesar de experiências pontuais realizadas na ilha do Pico em 1989 (Hoyt, 2009; Oliveira, 2005), a observação de cetáceos nos Açores iniciou-se formalmente em 1993, beneficiando do legado histórico da atividade baleeira e das condições únicas do arquipélago, tanto do ponto de vista topográfico como biológico (Oliveira et al., 2007). Inicialmente circunscrita ao grupo central (Pico e Faial), a prática expandiu-se, a partir de 1995, à ilha de São Miguel. No grupo ocidental, algumas iniciativas nas Flores e no Corvo associavam-se a deslocações marítimas entre ambas as ilhas, mas acabaram por acabar após a entrada em vigor da obrigatoriedade de licenciamento (Oliveira, 2005).

O processo de regulamentação teve início em 1996 e a atividade foi regulada pela primeira vez nos Açores em 1999, através do Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de março, que disciplina as atividades de observação de cetáceos a partir de plataformas, tendo em vista equilibrar a proteção, conservação e gestão dos cetáceos com o desenvolvimento turístico regional (Direção Regional de Políticas Marítimas, s.d.). Em 2003, o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A introduziu alterações ao diploma inicial, vindo este a ser novamente modificado em 2004 pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/A. Paralelamente, a Portaria n.º 5/2004 definiu o regime de licenciamento e estabeleceu as zonas autorizadas para a exploração turística da observação de cetáceos, sofrendo também várias alterações nos anos seguintes, nomeadamente através das Portarias n.º 70/2005, n.º 17/2007, n.º 47/2011 e n.º 64/2012 (Direção Regional de Políticas Marítimas, s.d.). Estão definidos limites máximos de licenciamento e dimensões de embarcações nas ilhas com maior procura: no Pico e no Faial só são permitidas 25 licenças, com barcos com comprimento máximo de 13 metros. O número de viagens diárias, as áreas de operação e outros parâmetros encontram-se igualmente

condicionados, procurando evitar a concentração excessiva de pressão sobre os animais (Oliveira et al., 2007).

O rápido crescimento do setor, traduzido no aumento do número de operadores, embarcações e visitantes (Oliveira, 2005), evidenciou a necessidade de adotar mecanismos de gestão capazes de garantir a conservação das populações de cetáceos em paralelo com o progresso económico da Região. O *whale watching* pode provocar alterações comportamentais e fisiológicas nos animais, ou levar à sua habituação à presença humana, com respostas que dependem da espécie, idade, sexo, experiência prévia e habitat (IFAW et al., 1995). Aproximações excessivas, perseguições persistentes e embarcações rápidas ou ruidosas podem interferir na alimentação, reprodução e outros comportamentos, afetando a dinâmica populacional a curto e longo prazo (de Oliveira, 2005). Para tal, as normas de conduta estabelecem que as embarcações devem reduzir ao mínimo a produção de ruído, evitar mudanças bruscas de direção e não ultrapassar em mais de 2 nós a velocidade dos animais. É proibido persegui-los, provocar a dispersão dos grupos, alimentá-los, permitir mergulhos com equipamento autónomo ou propulsão motorizada, poluir o mar ou efetuar observações noturnas. As aproximações devem ser realizadas pela retaguarda, mantendo livre um setor frontal de 180°, com distância mínima de 50 metros e por um período máximo de 30 minutos. Caso os animais se aproximem das embarcações, os motores devem ser colocados em ponto morto e, se apresentarem sinais de perturbação, a retirada deve ser feita pela retaguarda. É ainda exigido que as embarcações à vela mantenham os motores ligados. Não podem permanecer mais de três barcos num raio de 300 metros sobre o mesmo grupo de animais, devendo os operadores coordenar-se por rádio, sendo atribuída prioridade ao primeiro a chegar. É interdito nadar com a maioria das espécies, exceto um grupo restrito de golfinhos, e neste caso os turistas devem assinar um termo de responsabilidade perante eventuais acidentes (de Oliveira, 2005).

Para muitas comunidades costeiras, a atividade de *whale watching* impulsiona a criação de emprego, o desenvolvimento de infraestruturas e empresas, para além de promover investigação e sensibilização ambiental (Bentz et al., 2016). Com a redução da caça e captura de cetáceos, o *whale watching* surgiu como uma nova alternativa económica, aproveitando a experiência de antigos baleeiros e pescadores, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desta atividade (de Oliveira, 2005). Os Açores mantêm vigias em terra, originalmente utilizados na caça à baleia, para detetar e acompanhar os cetáceos, transmitindo informações sobre a direção e a distância às embarcações via rádio. Alguns desses vigias eram baleeiros no passado,

pelo que a sua experiência contribui para o funcionamento eficiente da atividade de *whale watching*. Adicionalmente, algumas empresas utilizam métodos acústicos para localizar os animais (Neves-Graça, 2004). A atividade decorre habitualmente entre a primavera e o final do verão (Magalhães et al., 2000), sendo o cachalote a espécie mais emblemática, embora golfinhos e baleias de barbas também atraiam grande interesse (Silva et al., 2003).

Para além dos benefícios económicos (Vieira et al., 2018), o setor contribui para a valorização cultural do passado baleeiro, transformando ex-baleeiros em símbolos de património local, com museus, monumentos e festas anuais, integrando a observação de baleias numa economia turística centrada em recursos naturais e memória cultural. Apesar do crescimento da atividade e do seu potencial de conservação, existem debates sobre os impactos ecológicos, a regulamentação e o carácter sustentável do *whale watching*, já que a pressão económica pode, a certo ponto, interferir com a proteção das espécies e a gestão responsável do turismo (Silva, 2015).

## ***Shifting Baseline* e a Amnésia Ambiental**

### **O Conceito de *Shifting Baseline***

O impacto crescente das atividades humanas sobre o meio ambiente gera, com cada vez mais frequência, inúmeros desafios de complexidade inédita para a gestão e compreensão dos ecossistemas. Atualmente, mais de metade dos oceanos enfrenta uma crescente pressão cumulativa (Halpern et al., 2019), ao mesmo tempo que a redução da biodiversidade e o aumento das taxas de extinção de espécies se acentuam (Dirzo et al., 2014). Para além dos impactos ecológicos evidentes, estas questões trazem consigo custos económicos e sociais significativos (Myers, 2017).

No entanto, tende-se a subestimar há quanto tempo é que essas alterações ocorrem, bem como a magnitude das suas consequências. Esta perceção limitada pode comprometer a compreensão da verdadeira escala das transformações ambientais ao longo do tempo (Alleway et al., 2023). Uma visão ecológica demasiado restrita pode desconsiderar o papel crucial das comunidades humanas na manutenção e adaptação dos ecossistemas. Qualquer abordagem eficaz à perda de biodiversidade e às alterações climáticas deve necessariamente, desta forma, incorporar estas complexidades e interdependências (Alleway et al., 2023).

A pesca tem vindo a ganhar destaque nos meios de comunicação globais representando, ao mesmo tempo, uma crise ambiental de grande escala que afeta de forma semelhante países desenvolvidos, recentemente industrializados e em desenvolvimento, independentemente das suas infraestruturas administrativas e científicas (Pauly, 1995). A necessidade de acompanhar de perto o comportamento das frotas e dos pescadores tem afastado progressivamente os cientistas pesqueiros dos biólogos especializados em organismos e ecossistemas marinhos ou de água doce, resultando na exclusão de considerações ecológicas e evolutivas dos modelos de gestão (Pauly, 1995).

No artigo "*Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries*", publicado em 1995, Daniel Pauly introduz o conceito da Síndrome da Linha de Base (*Shifting Baseline Syndrome, SBS*), num artigo que alertou, de forma considerável, para a necessidade de uma perspetiva histórica no estudo da conservação da biodiversidade e da gestão das pescas, de maneira a prevenir que as interpretações das pessoas continuem a ser ajustadas a níveis cada vez mais baixos de abundância. Este conceito, parcialmente inspirado em Pyle (1993), foi inicialmente proposto por Kahn e Friedman (1995) e recebeu a designação atual por Pauly no mesmo ano, quando defendeu a utilização de relatos anedóticos para complementar outras metodologias na definição de *linhas de base* na ciência pesqueira (Papworth et al., 2009). Pauly (1995) argumenta, no contexto das pescas e da ecologia marinha, que cada geração de pescadores tende a considerar como "normal" o estado dos ecossistemas marinhos de acordo com a altura em que cresceram e viveram, sem consciência das alterações que ocorreram ao longo dos anos anteriores. Os pescadores mais jovens aceitam, assim, pescas muito menores como base, sem se aperceberem de que as gerações anteriores pescavam em níveis de abundância muito superiores (Pauly, 1995). A geração seguinte, por sua vez, estabelece a sua *linha de base* com sustento em níveis de recursos ainda mais reduzidos (Sáenz-Arroyo et al., 2005).

De forma semelhante, alguns anos mais tarde em "*Children's Affiliations with Nature: Structure, Development, and the Problem of Environmental Generational Amnesia*", Kahn (2002) investigou a perceção de crianças relativamente à poluição ambiental e concluiu que cerca de dois terços dos participantes demonstraram compreender os conceitos gerais de poluição do ar, poluição da água e lixo, mas apenas um terço reconheceu que esses problemas estavam presentes no seu próprio ambiente. Questionou-se até que ponto é que se torna crucial que crianças e jovens tenham contacto direto com ambientes naturais e quais as implicações desse contacto para o seu compromisso ambiental, especialmente em contextos de degradação

ecológica (Kahn, 2002). Para responder a estas questões, Kahn (2002) conduziu cinco estudos em diferentes locais, onde entrevistou crianças sobre as suas concepções e valores ambientais. A fundamentação teórica do seu estudo assenta numa teoria construtivista e cognitiva social (Kahn, 2002), segundo a qual as crianças constroem os seus valores através da constante interação com o meio físico e social. Embora as crianças soubessem que a poluição existia, muitas não a identificavam na sua cidade, apesar de viverem diariamente em contacto com a mesma. Kahn (2002) sugere que a perceção da poluição depende de comparações com estados ambientais menos poluídos: se uma criança cresce num ambiente onde a poluição está sempre presente, essa condição não é interpretada como poluição, mas como a norma.

O processo de *shifting baseline* conduz a uma alteração progressiva dos pontos de referência, promovendo a aceitação gradual do desaparecimento das espécies exploradas (Sáenz-Arroyo et al., 2005). Isto dificulta tanto a avaliação das perdas económicas resultantes das alterações ambientais (Alleway et al., 2023) como a definição de objetivos realistas para a recuperação dos ecossistemas (Pauly, 1995) afetando, também, os valores atribuídos ao ambiente (Alleway et al., 2023). Uma das consequências deste afastamento é a ausência de um modelo explícito que incorpore uma *linha de base* (Pauly, 1995). Os padrões de referência do estado da vida marinha e da abundância de espécies, a considerada “*linha de base*” são, desta forma, constantemente redefinidos para níveis cada vez mais baixos e degradados (Balcetis, 2007). A literatura considera evidente que a perda de conhecimento sobre o passado distorce a compreensão da mudança e limita a capacidade de resposta eficaz (Daw, 2010), e é dessa forma que o conceito se tem mostrado fundamental para compreender de que maneira as expectativas sobre a saúde ambiental se degradam ao longo do tempo, apesar da existência de evidências que demonstram impactos humanos significativos e generalizados nos ecossistemas (Alagona et al., 2012). O conceito descreve também a tendência para cada geração de cientistas de definir as suas expectativas ambientais com base apenas nas suas próprias observações, ignorando mudanças ocorridas anteriormente (Alleway et al., 2023). Tem sido amplamente utilizado na investigação ambiental, permitindo uma avaliação mais precisa do declínio ecológico histórico, equilibrando perceções contemporâneas com outras formas de evidência (Alleway et al., 2023).

### **Amnésia Geracional e Amnésia Pessoal**

O estudo de Kahn (2002) destaca a importância de integrar a dimensão histórica e cultural na compreensão das atitudes ambientais das crianças, permitindo uma análise mais abrangente do impacto do *shifting baseline*. Ao reconhecer a forma como as concepções ambientais se

desenvolvem ao longo do tempo, torna-se possível avaliar os verdadeiros custos ecológicos, económicos e sociais da perda de biodiversidade e da degradação ambiental (Kahn & Friedman, 1995). É neste contexto que surge o seu conceito de *amnésia geracional ambiental* (Kahn, 2002), um conceito já previamente abordado por Kahn e Friedman em 1995, que descreve um fenómeno psicológico em que cada geração toma o ambiente natural da sua infância como referência para avaliar o estado do meio ambiente no futuro, tendência intimamente relacionada com o *shifting baseline* de Pauly (1995), em que mudanças graduais no ecossistema são aceites como normais, dificultando a compreensão do impacto cumulativo da degradação ambiental (Papworth et al., 2009). À medida que a degradação ambiental se agrava de geração em geração, a visão do que é um ambiente saudável altera-se, reduzindo a capacidade das pessoas para reconhecer e reagir ao declínio ambiental (Kahn, 2002). O conceito de *amnésia geracional ambiental* ajuda, de acordo com Kahn (2002), a explicar a complacência ambiental observada em várias sociedades. Embora se espere que as pessoas reajam contra a poluição quando têm contacto com a mesma diretamente, o estudo de Kahn (2002) demonstra que essa reação não é tão automática como se poderia pensar, e que algumas populações podem simplesmente não reconhecer a degradação ambiental, enquanto que outras aceitam essas condições como inevitáveis.

A perceção distorcida da realidade contribui para uma falta de ação eficaz na conservação dos oceanos, uma vez que a degradação é tida em conta como uma variação natural em vez de um declínio significativo causado pela atividade humana (Liborio & Mendonça, 2020). A compreensão do *shifting baseline* pode ser relevante para programas de conservação, uma vez que, se indivíduos menos experientes não reconhecerem as mudanças ambientais, poderão ser menos propensos a apoiar ações de preservação (Papworth et al., 2009). Se, como argumentado por Pyle (1993), a referência a *linhas de base* individuais ou comunitárias afeta a motivação para a conservação, também iniciativas que promovam a partilha intergeracional de conhecimento podem reforçar o envolvimento com medidas de proteção ambiental. Uma pesquisa que integre registos históricos (Pauly, 1995), relatos antigos, diários de bordo (Daw, 2010) e estudos ecológicos de longo prazo pode permitir identificar *linhas de base* históricas para avaliar corretamente as mudanças ecológicas e estabelecer objetivos realistas para a recuperação dos ecossistemas marinhos (Novaglio et al., 2020).

Anos mais tarde, Papworth et al. (2009) propuseram uma nova tipologia da *shifting baseline* (Daw, 2010), com uma dualidade bastante relevante para a literatura entre “amnésia geracional”

e “amnésia pessoal” (Jones et al., 2020). Existem, de acordo com Papworth et al. (2009), duas principais interpretações do termo de *shifting baseline*.

A amnésia geracional ocorre quando os indivíduos formam a sua visão da realidade apenas com base na sua própria experiência e não a transmitem eficazmente às gerações seguintes, gerando uma ausência de memória coletiva (Alleway & Connell, 2015). Pescadores mais velhos tendem a notar um declínio maior nas capturas - esta variação na percepção individual reflete a dificuldade em distinguir mudanças reais de distorções cognitivas (Daw, 2010). Como resultado, à medida que os observadores abandonam um sistema, a noção coletiva de normalidade altera-se e as condições passadas acabam por ser esquecidas (Papworth et al., 2009).

Por outro lado, a amnésia pessoal refere-se à forma como os indivíduos atualizam continuamente a sua percepção do que é normal, ao ponto de, mesmo tendo testemunhado condições diferentes no passado, assumirem que o presente reflete a realidade (Jones et al., 2020). Esta dinâmica pode levar a uma interpretação homogeneizada do estado atual do ecossistema entre diferentes indivíduos (Simons & Rensink 2005). Embora a amnésia pessoal tenha um impacto mais limitado na evolução da percepção a longo prazo, pode desempenhar um papel importante em períodos de alguns anos ou décadas, que são frequentemente as escalas temporais mais relevantes para a conservação ambiental (Daw, 2010).

Outro exemplo que contribuiu de forma significativa para a compreensão empírica da síndrome de *shifting baseline* é o estudo de Sáenz-Arroyo et al. (2005), uma investigação que analisou memórias ecológicas de diferentes gerações, comparando as suas percepções sobre a abundância de espécies marinhas ao longo do tempo. Os resultados demonstraram que os pescadores mais velhos eram os únicos que se lembravam de capturas significativamente maiores e de espécies outrora comuns. Os pescadores de meia-idade revelaram menor apreço pelas abundâncias passadas, e poucos jovens pescadores pareciam sequer estar cientes de que tais espécies tinham existido em números relevantes naquela região. Esta mudança na percepção coletiva contribui para a aceitação passiva da perda de biodiversidade e representa um desafio concreto para a conservação, dificultando a redefinição de expectativas ambientais e a formulação de objetivos ecológicos ambiciosos (Sáenz-Arroyo et al., 2005). Também o estudo de Alleway e Connell (2015), centrado nos recifes de corais australianos, evidencia de forma clara os mecanismos do *shifting baseline*. Através da análise das narrativas de diferentes grupos geracionais, os autores demonstram como as memórias sobre a abundância e diversidade dos

recifes desaparecem com o tempo. A ausência de uma memória coletiva resulta numa amnésia geracional que influencia as expectativas sobre os ecossistemas costeiros e compromete os esforços de recuperação (Alleway & Connell, 2015).

As interpretações ambientais são apenas um dos vários fatores que influenciam os comportamentos de conservação, juntamente com aspetos como as emoções e experiências passadas (Carrus et al. 2008). O *shifting baseline* explica como diferentes gerações ou grupos com níveis distintos de experiência percebem mudanças ambientais de forma variável, muitas vezes subestimando ou não reconhecendo alterações ao longo do tempo; no entanto, esta não é a única explicação para variações na percepção (Papworth et al., 2009). Fatores psicológicos podem levar indivíduos mais velhos a recordar mudanças que não ocorreram ou a distorcerem a magnitude das alterações (Roediger, 1996), que podem levar a recordações imprecisas ou enviesadas (Daw, 2010). A percepção das condições ambientais passadas pode ser influenciada por nostalgia, expectativas pessoais, conhecimento limitado sobre o passado (Daw, 2010) e preconceitos culturais, levando a uma concessão de idealização de ecossistemas intocados e à crença de que os mesmos podem vir a ser restaurados a um estado original (Campbell et al., 2009 in Alleway et al., 2023). No entanto, esta visão pode distorcer a compreensão das mudanças ecológicas e favorecer narrativas reduzidas de declínio linear, ignorando casos de recuperação (Alleway et al., 2023). O *shifting baseline* pode também ser reforçado por uma dissonância cognitiva, que conduz as pessoas a reinterpretar ou minimizar a degradação ambiental para evitar desconforto psicológico (Balcielis, 2007). A investigação sobre o *shifting baseline* ainda carece de evidências empíricas que expliquem porque é que estas mudanças nas referências ambientais ocorrem sem serem plenamente reconhecidas (Soga & Gaston, 2018).

### **A interdisciplinaridade do conceito de Shifting Baseline**

Uma das contribuições mais relevantes do *Shifting Baseline* é o incentivo à interdisciplinaridade na investigação ecológica (Campbell et al., 2009). O conceito pode ser entendido como um exemplo de um "conceito conectivo" (Simon, 2020), isto é, aplicável em diversas áreas do conhecimento, tanto nas ciências naturais como nas sociais (Alleway et al., 2023). A sua reformulação sob uma perspetiva interdisciplinar permite desenvolver *linhas de base* ambientais mais abrangentes e representativas da realidade, contribuindo para diagnósticos e decisões mais informadas e sustentadas sobre as alterações ecológicas (Campbell et al., 2009). A interdisciplinaridade do conceito pode também possibilitar a identificação de lacunas no

conhecimento e o desenvolvimento de metodologias que ampliem o seu impacto, promovendo uma abordagem mais justa às alterações ambientais globais (Jackson, 1997).

O conceito de *shifting baseline* encontra paralelos noutras áreas, como o enviesamento do observador na medicina e psicologia (Protzko & Schooler, 2019) e a tradição das histórias orais nas ciências sociais.

Desde a sua formulação por Pauly (1995), o conceito foi amplamente adotado em diversos campos, desde a ecologia marinha até à gestão ambiental (Alleway et al., 2023). Contribuiu também para novas metodologias e influenciou políticas de conservação (Beller et al., 2017). No entanto, a literatura acredita que a incorporação de dados históricos nas ciências ambientais, conforme referido já por Pauly em 1995, é ainda limitada (Pauly, 2019). Para além disso, pouco se investigou, até agora, sobre como as próprias *linhas de base* são estabelecidas e, por vezes, manipuladas (Alleway et al., 2023).

O conceito, originalmente formulado no contexto da pesca (Pauly, 1995), pode também ser aplicado para uma variedade de disciplinas que lidam com sistemas socio-ecológicos, nomeadamente o direito e a saúde pública. No direito, as normas ambientais são frequentemente reativas, surgindo em resposta a desastres, sem um planeamento eficaz para evitar a degradação ecológica contínua, um ponto bastante salientado na literatura (Leadley et al., 2022). Para além disso, o conceito pode ajudar, de certa forma, a compreender como é que as interpretações jurídicas do passado moldam as decisões atuais, destacando os riscos da doutrina precedente num cenário ambiental em rápida transformação. No caso do ramo da saúde pública, a abordagem da “saúde planetária” reconhece a interdependência entre a saúde humana e ambiental, mas as análises neste campo raramente consideram a evolução histórica das condições ecológicas e sociais (Alleway et al., 2023). Compreender como é que as perceções da comunidade sobre os seus sistemas ambientais e alimentares se transformaram ao longo do tempo poderia enriquecer a investigação em saúde pública e possibilitar a formulação de políticas mais sustentáveis (Harper et al., 2019).

A aplicação do conceito de *shifting baseline* a diferentes áreas pode também contribuir para corrigir pressupostos problemáticos na investigação científica. Muitos estudos podem assumir, por exemplo, que a fiabilidade das memórias humanas é uniforme entre diferentes culturas e gerações ou que a ciência é imune a enviesamentos cognitivos e sociais, quando a investigação demonstra o contrário (Daw, 2010). Para além disso, tem-se vindo a verificar uma tendência

para privilegiar certos tipos de conhecimento, como modelos estatísticos baseados em dados recentes, enquanto que fontes alternativas, como registros históricos, fotografias antigas e relatos orais, são frequentemente subvalorizadas ou descartadas (Sáenz-Arroyo et al., 2005). Esta exclusão pode refletir não apenas enviesamentos metodológicos, mas também estruturas de poder que marginalizam certos tipos de conhecimento, favorecendo perspectivas dominantes sobre o meio ambiente (Alleway et al., 2023).

Repensar o *shifting baseline* como um conceito interligado pode ajudar a construir uma visão mais abrangente e dinâmica das alterações ecológicas e sociais (Alleway et al., 2023). A interdisciplinaridade é essencial para alcançar um entendimento mais completo das interações entre as pessoas e o meio ambiente, promovendo respostas mais eficazes aos desafios ambientais globais (Alleway et al., 2023). Para isso, considera-se necessário ultrapassar barreiras entre disciplinas e valorizar diversas formas de conhecimento, reconhecendo que o passado não é um estado fixo (Alleway et al., 2023), mas sim uma construção dinâmica que deve ser constantemente estudada e reinterpretada. A reflexão contínua sobre as mudanças ambientais é fundamental para orientar ações mais informadas e justas, assegurando que as soluções propostas não sejam moldadas apenas por nostalgias seletivas ou perspectivas limitadas (Alleway et al., 2023).

## **As narrativas, a memória social e a identidade**

### **Narrativas Pessoais e Narrativas Coletivas**

Para além da importância da perspectiva histórica e da memória ecológica nas visões e interpretações do ambiente que as pessoas e os grupos elaboram, importa também considerar as diferentes formas como as pessoas constroem e comunicam essas visões através de narrativas. Se o conceito de *shifting baseline* permite compreender de que forma as referências ecológicas se alteram entre gerações (Pauly, 1995), as narrativas constituem uma abordagem complementar para analisar de que modo é que essas percepções são construídas e partilhadas socialmente. Face às limitações de perspectivas centradas apenas em percepções, atitudes ou crenças, a abordagem narrativa revela-se especialmente útil, uma vez que permite compreender como é que os indivíduos e as comunidades organizam experiências ao longo do tempo, lhes conferem coerência e constroem visões, significados, e interpretações de forma coletiva e partilhada (Mouro, Santos & Castro, 2018), assim como a forma como se relacionam com os lugares que habitam (Bailey et al., 2016).

Ao longo da vida, os indivíduos estão continuamente em contacto com narrativas - inicialmente, não apenas através de histórias pessoais contadas nos seus meios, mas também através de contos de fadas, mitos e lendas transmitidas na infância, e, mais tarde, por meio de romances, biografias, cinema, teatro, entre outros formatos culturais. Mais do que simples relatos de experiências passadas, as histórias moldam a própria vivência das relações sociais, ensinando-os a estruturar acontecimentos em formatos repetitivos e que aprendemos uns com os outros - em termos de “início”, “clímax” e “fim” – e a fazer sentido da realidade recorrendo a esses mesmos formatos (Gergen & Gergen, 1988).

As autonarrativas representam construções discursivas através das quais os indivíduos organizam e articulam os acontecimentos mais significativos da sua vida, conectando-os numa sequência coerente que confere sentido, continuidade e orientação ao seu percurso pessoal. As narrativas do “eu” não se tratam, portanto, de simples registos internos de experiências, mas de narrativas construídas pelo contexto social e cultural em que se inserem os indivíduos (Firmino da Costa, 2008), continuamente reformuladas à medida que as interações e as circunstâncias se alteram (Gergen & Gergen, 1988). Neste panorama, a identidade pessoal não é fixa nem meramente individual (Atkinson, 2015), mas assume a forma de uma construção narrativa em constante redefinição e negociação no contexto da vida social, moldada pelos enquadramentos sociais e políticos em que o sujeito se insere (Gergen & Gergen, 1988; Hammack, 2011; Bruner, 1990). Essa dimensão processual estende-se também à ligação ao lugar, como mostram Bailey et al. (2016), ao evidenciar que as trajetórias de vida-lugar influenciam de maneira decisiva a forma como os indivíduos interpretam e agem perante mudanças nos seus ambientes. Mais do que simples reflexos da experiência vivida, as autonarrativas desempenham um papel necessário e relevante, orientando escolhas e condicionando a forma como os indivíduos são reconhecidos e avaliados socialmente (Gergen & Gergen, 1988). Este tipo de narrativas segue convenções partilhadas socialmente, que funcionam como guias implícitos para o que é aceitável ou esperado na construção de um relato pessoal (Firmino da Costa, 2008). Assumem, também, uma função central ao servirem como instrumentos de justificação de comportamentos, validação de decisões e reforço de identidades (Mouro, Santos e Castro, 2018), ao mesmo tempo que delimitam o que pode ser contado e de que forma, desenhando fronteiras entre o que é aceite e o que seria entendido como incoerente ou inverosímil (Atkinson, 2015; Hammack, 2011).

A construção de uma narrativa bem formulada implica também, de acordo com Gergen & Gergen (1988), a presença de certos elementos estruturais, entre eles, a definição de um ponto final valorizado (Bar-Tal et al., 2014): um desfecho ou objetivo que confere sentido à história, podendo representar uma conquista, uma perda ou uma transformação significativa (Gergen & Gergen, 1988). Em seguida, há uma seleção criteriosa de acontecimentos relevantes para esse objetivo, descartando-se inúmeros outros que, embora possam ter ocorrido, não contribuem para a progressão narrativa. Estes eventos são depois organizados numa sequência, frequentemente linear e temporal (Gergen & Gergen, 1988). Outro elemento central é o estabelecimento de ligações causais ou sequenciais entre os acontecimentos, de forma a criar uma encadeamento lógico, mesmo que, na realidade, tais relações sejam interpretativas ou construídas. Por fim, as autonarrativas incluem sinais de demarcação que indicam o início e o fim da história, enquadrando o relato e permitindo que o ouvinte ou leitor reconheça a sua estrutura (Gergen & Gergen, 1988). Ao definirem esta organização, Gergen & Gergen (1988) defendem que a sua importância não é meramente estética. No quotidiano, nem todas as autonarrativas seguem de forma rigorosa estas regras, mas em contextos formais, como testemunhos em tribunal ou entrevistas de investigação, a conformidade com a estrutura narrativa partilhada pode ser determinante para a sua aceitação.

A compreensão da autonarrativa implica reconhecer, deste modo, que as histórias pessoais não funcionam como relatos objetivos da realidade, mas sim como construções interpretativas moldadas por valores, perspetivas e convenções culturais (Atkinson, 2015). Hammack (2011) aborda as “narrativas-mestres”, um conceito particularmente interessante que aponta para histórias culturais dominantes que orientam e limitam a forma como os indivíduos podem construir as suas autonarrativas, fornecendo enquadramentos de sentido partilhados socialmente mas também restringindo possibilidades alternativas de interpretação e identidade. As narrativas pessoais devem ser analisadas no quadro de um processo cultural mais vasto, em que as identidades se constroem na interseção entre experiências individuais e discursos sociais dominantes (Hammack, 2011). Desta forma, as narrativas-mestres desempenham um papel fundamental na medida em que fornecem modelos de interpretação socialmente legitimados. Contudo, ao mesmo tempo que oferecem sentido e coerência, também podem restringir alternativas identitárias, funcionando como mecanismos de poder e exclusão.

Tal como na teoria literária, onde se procuram identificar enredos centrais, também nas histórias de vida se podem reconhecer padrões recorrentes que moldam as possibilidades de

autodefinição. Northrup Frye (1957) propõe quatro formas de narrativas básicas: comédia, com narrativas associadas à superação de obstáculos e ao restabelecimento da harmonia; romance, com uma sucessão de desafios que culminam sempre em vitória; tragédia, que, como o nome indica, aponta para uma narrativa de queda a partir de uma posição elevada; e sátira, associada ao desencanto e à crítica.

O trabalho de Gergen e Gergen (1988) introduziu uma tipologia amplamente citada sobre a estrutura das narrativas, um enquadramento mais simples e flexível, baseado na variação avaliativa das histórias ao longo do tempo. Identificam, essencialmente, três formas de narrativas: narrativas de estabilidade, narrativas progressivas e narrativas regressivas (Gergen & Gergen, 1988). Nas narrativas progressivas, a sequência de acontecimentos é enquadrada como uma trajetória de melhoria, crescimento ou realização. O ponto inicial é geralmente descrito como menos favorável, e o percurso narrado conduz o sujeito a um estado final mais desejável, frequentemente associado à aprendizagem, superação de dificuldades ou conquista de metas. As narrativas regressivas (Gergen & Gergen, 1988), por sua vez, apresentam um enredo oposto, começando num ponto considerado mais positivo e evoluindo para uma situação entendida como pior, marcada por perdas, obstáculos não superados ou percepções de declínio. Entre estes dois tipos, as narrativas de estabilidade descrevem um enredo em que, apesar da passagem do tempo, não se verificam mudanças significativas no estado ou condição relatada, isto é, o “antes” e o “depois” permanecem essencialmente inalterados (Gergen & Gergen, 1988). Estas formas podem combinar-se, dando origem a variações mais complexas, como por exemplo a tragédia, uma progressão seguida de uma queda abrupta; a comédia ou o romance, uma queda seguida de uma recuperação positiva ; o “felizes para sempre”, uma progressão seguida de estabilidade; ou a saga romântica, uma sucessão de ciclos progressivo-regressivos (Gergen & Gergen, 1988). Esta classificação de Gergen & Gergen (1988) revela-se particularmente útil na literatura uma vez que evidencia o papel das narrativas como processos interpretativos, nos quais os indivíduos selecionam e organizam acontecimentos passados de forma a conferir sentido à sua experiência e identidade, reforçando ou questionando determinadas visões sobre si próprios e sobre o mundo. Ao escolher uma estrutura narrativa progressiva, regressiva ou de estabilidade, o narrador não está apenas a relatar factos, mas a interpretar e a posicionar-se face a esses mesmos acontecimentos, atribuindo-lhes valor moral, emocional e social (Gergen & Gergen, 1988). Mouro, Santos e Castro (2018) salientam esta ideia ao mostrar que mudanças impostas nas práticas habituais através de políticas públicas podem ser elaboradas através de narrativas regressivas, que idealizam um retorno a um passado

valorizado, ou narrativas progressivas, que integram experiências negativas para projetar um futuro coletivo mais positivo.

A descrição de ações humanas envolve inevitavelmente a interpretação das intenções e dos significados atribuídos, o que conduz a uma regressão infinita de interpretações (Bruner, 1991). Para além disso, qualquer descrição está ancorada em contextos históricos e culturais específicos (Hammack, 2011). Também as relações entre acontecimentos dependem da perspectiva e do valor atribuído ao objetivo final da narrativa (Bruner, 1990). O mesmo evento pode ser interpretado como progresso ou retrocesso, consoante a posição e os valores do narrador (Mouro, Santos e Castro, 2018). De igual modo, o grau de coerência narrativa pode depender do sentido de pertença histórica. Culturas ou indivíduos com forte consciência do seu lugar na história tendem a articular as narrativas de forma mais consistente, enquanto que jovens sem tradição histórica dominante podem sentir uma maior liberdade para criar relatos menos vinculados ao passado (Gergen & Gergen, 1988). Importante também ressaltar que as capacidades narrativas de cada pessoa estão ancoradas num contexto socio-histórico (Hammack, 2011) e dependem de símbolos partilhados, de *performances* socialmente reconhecíveis, de negociação e da ligação de identidades com apoio mútuo (Gergen & Gergen, 1988). O discurso relacional funciona como um subtexto não verbalizado sobre o qual assenta o texto dos “eus” individuais (Gergen & Gergen, 1988).

As narrativas podem ser, neste sentido, analisadas em dois níveis (Bar-Tal et al., 2014), o individual, compreendido como histórias de vida que proporcionam significado, coerência e propósito à trajetória pessoal, e o coletivo, concebido como construções sociais que articulam experiências históricas e contemporâneas, refletindo a identidade compartilhada e simbolicamente construída de uma comunidade. Não sendo apenas individuais, mas coletivas (Bar-Tal et al., 2014) e estruturadas por formatos culturais partilhados, tornam-se essenciais para sustentar identidades positivas e legitimar práticas dentro de grupos, especialmente em contextos de transformação ambiental e governativa (Mouro, Santos e Castro, 2018). As histórias individuais articulam-se com versões dominantes nos grupos e com enredos valorizados socialmente, podendo convergir em narrativas unificadas ou fragmentar-se em versões diversas, que refletem disputas de sentido no meio comunitário (Mouro, Santos e Castro, 2018). A construção da memória social ocorre muitas vezes sem que as pessoas tenham consciência dos elementos socioculturais que as rodeiam, que no quotidiano passam muitas vezes despercebidos (Atkinson, 2015). A memória coletiva pode ser entendida como uma

representação social do passado, uma vez que se refere a versões da história recordadas, partilhadas e legitimadas pelos membros de uma sociedade e pelas suas instituições (Bar-Tal, 2014). Firmino da Costa (2008) salienta que a memória social resulta de um processo seletivo em que determinados elementos do quotidiano são destacados, reinterpretados e convertidos em património simbólico, um quadro analítico que se articula diretamente com o conceito de *shifting baseline*, permitindo compreender de que forma a erosão da memória ecológica afeta a transmissão intergeracional de referências ambientais e, em consequência, a forma como se definem identidades e práticas ligadas ao meio natural. Esta seleção, que sustenta a construção de identidades coletivas, revela-se especialmente útil para compreender de que forma é que as comunidades organizam e transmitem saberes e práticas ligadas ao seu ambiente (Firmino da Costa, 2008), e reforçando a importância das memórias partilhadas na construção da identidade cultural de um grupo (Atkinson, 2015).

Estudos sobre memória coletiva e narrativa têm destacado a importância dos papéis assumidos pelos indivíduos na construção e transmissão de experiências sociais. A literatura sugere que as narrativas orais não apenas relatam eventos, mas também estruturam a compreensão do papel de cada participante na dinâmica comunitária (Gergen & Gergen, 1994). A narrativa pode ser entendida como uma forma de dar sentido à experiência, desenvolvendo relatos que conectam eventos ao longo do tempo e definem papéis para si e para os outros, como heróis, antagonistas ou vítimas (Bruner, 1986; Gergen & Gergen, 1988; Hochman & Spector-Mersel, 2020; Mouro, Santos e Castro, 2018). Esta abordagem evidencia a centralidade dos papéis na organização social e na interpretação das experiências coletivas, permitindo compreender de que forma os indivíduos se posicionam dentro das dinâmicas comunitárias.

Tal como nas comunidades urbanas frequentemente estudadas (Firmino da Costa, 2008), onde certos repertórios culturais reforçam o sentido de pertença, também em contextos ligados ao mar e à natureza a memória social desempenha um papel estruturante na continuidade cultural (Mouro, Santos e Castro, 2018). As narrativas sobre abundância passada, usos do território ou transformações ecológicas tornam-se não apenas em relatos de experiência, mas também em instrumentos identitários que orientam comportamentos e legitimam práticas, funcionando como recursos de resistência cultural face a mudanças externas (Firmino da Costa, 2008). Mouro, Santos e Castro (2018) reforçam esta perspetiva ao mostrar como comunidades de pesca artesanal interpretam as mudanças ecológicas e regulatórias, articulando o passado, o presente e o futuro. A descontinuidade entre o passado valorizado e o presente percebido como

ameaçador pode gerar narrativas regressivas, que idealizam um retorno a tradições valorizadas, ou narrativas progressivas, que reconfiguram identidades coletivas em resposta às mudanças (Mouro, Santos e Castro, 2018).

A construção da memória social e das narrativas pessoais não se limita à preservação de experiências passadas, envolvendo-se também com a adaptação a mudanças sociais e físicas no ambiente imediato. Uma abordagem que complementa as ideias de Firmino da Costa (2008) sobre a memória social como um processo seletivo e simbólico é a de Atkinson (2015) ao destacar que, em contextos de gentrificação, os residentes não apenas se deslocam fisicamente, como também experienciam uma deslocação simbólica, caracterizada pela perda do sentido de pertença e identidade: uma perspectiva que compreende que as narrativas funcionam não apenas como registros do passado, mas também como mecanismos de resistência e afirmação identitária face a transformações sociais. Esse processo de deslocação simbólica pode ser entendido como uma forma de erosão da memória social, onde as referências e práticas culturais tradicionais são desvalorizadas ou substituídas por novas dinâmicas (Atkinson, 2015). As narrativas pessoais e coletivas tornam-se ferramentas essenciais para resistir a essas transformações, permitindo que os indivíduos e comunidades preservem e reinterpretem o seu lugar, mesmo perante mudanças significativas ao seu redor (Atkinson, 2015). Nesta linha, Bailey et al. (2016) sublinham a escassez de estudos que considerem as histórias residenciais como narrativas estruturantes da identidade de lugar. A construção de narrativas coletivas pode ser facilitada pelo envolvimento ativo da comunidade através de mecanismos que promovam reflexão, integração do conhecimento local e reforço de identidades positivas (Mouro, Santos e Castro, 2018). No entanto, o processo de mudança narrativa é difícil, porque histórias alternativas só se consolidam se se enquadrarem em códigos ideológicos socialmente aceites (Plummer, 1995).

### **A relação das pessoas com o lugar**

No início do século XXI, o aumento da mobilidade, com mudanças de residência, migrações e percursos de vida mais dispersos, trouxe novos desafios às relações das pessoas com o lugar. Taylor (2009) observa que estes movimentos podem dar a perceção de enfraquecimento de alguns vínculos tradicionais com os locais de origem. No entanto, sublinha que o lugar, sobretudo o local de residência, continua a desempenhar um papel central na identidade, permanecendo significativo nas narrativas pessoais sobre “quem somos” e “onde pertencemos”. A identidade assume hoje uma importância central nas ciências sociais (Dixon & Durrheim,

2000), nomeadamente na psicologia social, sobretudo porque viver numa sociedade contemporânea implica mudanças significativas na experiência social e na própria natureza da identidade. Na sociedade contemporânea vive-se de forma diferente em relação às épocas anteriores, tornando a questão “*quem sou eu?*” mais complexa e, conseqüentemente, mais relevante para todos, incluindo académicos (Giddens, 1991). A identidade situa-se na interseção entre dimensões macro e micro, interior e exterior, social e individual, e entre a percepção dos outros e a auto-percepção (Taylor, 2009).

No que toca ao entendimento do papel do lugar na construção da identidade, a análise do discurso e a psicologia narrativa evidenciam que os indivíduos utilizam múltiplos recursos discursivos na construção da sua identidade (Bruner, 1990), incluindo a relação com o lugar. A construção da identidade em relação ao lugar pode ser vista simultaneamente como um processo narrativo e político, em que certas histórias são valorizadas enquanto outras são silenciadas. As narrativas sobre pertença e exclusão moldam tanto a memória coletiva como a experiência vivida, evidenciando que a identidade do lugar é continuamente negociada no cruzamento entre discurso, história e poder (Dixon & Durrheim, 2000). Cada lugar encerra múltiplos significados e associações, derivados tanto das atividades que nele ocorrem, como da história social e da experiência individual de quem o habita. Essa multiplicidade permite aos indivíduos atribuir aos lugares um carácter positivo ou negativo, conforme a sua percepção e narrativa. No livro *Narratives of identity and place* (2009), Stephanie Taylor explora como as narrativas pessoais são fundamentais na construção da identidade em relação ao lugar. A narrativa pode ser entendida como um recurso discursivo através do qual os indivíduos constroem e articulam a sua identidade. Autores como Anthony Giddens (1991) consideram a identidade como um projeto, em que o sujeito se torna aquilo que deseja através das suas escolhas e atividades. A perspectiva da psicologia discursiva entende a identidade como construída continuamente no discurso, num processo de negociação de possibilidades e de limitação por posições sociais e valores culturalmente atribuídos (Taylor, 2009; Batel & Castro, 2018). Lawler (2008) argumenta que os enredos sociais e narrativas dominantes funcionam como recursos para contar as nossas próprias histórias de vida, implicando um trabalho criativo de construção identitária. Para Ricoeur (1984), é através das narrativas e do reconto de histórias que se produz a continuidade da identidade pessoal, conferindo ao indivíduo uma sensação de coerência ao longo do tempo.

Como salientam Dixon e Durrheim (2000), várias concepções mais próximas da psicologia ambiental que se centram sobretudo em processos cognitivos individuais, como é o caso de (Proshansky et al., 1983); (Korpela, 1989) e (Rowles, 1983), tendem a privilegiar o indivíduo e a narrativa pessoal, desconsiderando dimensões coletivas, sociais e políticas da identidade do lugar. Para os autores, a identidade do lugar não se reduz à experiência pessoal, mas é também um processo socialmente mediado, em que práticas discursivas legitimam relações de poder, incluindo e excluindo grupos, e sustentam ideologias dominantes (Dixon & Durrheim, 2000; Castro, 2021). Enquanto que narrativas individuais são importantes para compreender experiências subjetivas, é igualmente necessário considerar de que forma as identidades de lugar são construídas coletivamente, negociadas socialmente e vinculadas por relações de poder (Dixon & Durrheim, 2000). Uma visão interessante é a de Bonaiuto, Breakwell e Cano (1996), que investigaram como a identificação com o lugar e a identidade nacional influenciam perceções ambientais, como a poluição das praias, mostrando que indivíduos mais ligados à sua cidade ou nação tendem a avaliar o ambiente de forma mais positiva, possivelmente como estratégia para proteger a identidade do grupo. De forma semelhante, Devine-Wright e Lyons (1997) exploraram a dimensão contestada da identificação coletiva com locais históricos na Irlanda, mostrando que diferentes grupos atribuem valores distintos aos mesmos lugares em função da sua visão do nacionalismo, um trabalho que evidencia que a identidade de lugar é simultaneamente histórica, coletiva e contestada.

A literatura sobre identidade de lugar tem sublinhado que os vínculos entre pessoas e territórios não se reduzem a uma dimensão física, mas envolvem significados afetivos, culturais e políticos – um lugar não é, portanto, só um espaço físico, associando-se também a identidades, memórias e narrativas (Giddens, 1991; Bruner, 1990; Dixon & Durrheim, 2000; Castro, 2021). Essa perspetiva é particularmente relevante no contexto insular, onde a geografia de isolamento e a dependência do mar formam identidades conectadas. No caso dos Açores, diferentes autores têm evidenciado que a insularidade potencia um sentimento de pertença marcado por um forte consciência coletiva e pela valorização do mar como elemento estruturante da vida social e económica (Brandão da Luz, 2016).

O mar, mais do que um recurso natural, apresenta-se como um símbolo central dos açorianos, assumindo um papel identitário que atravessa gerações. Mendes (1994; 1996), em *“As identidades sociais como políticas e como estratégias: O caso dos Açores”* e *“O regionalismo como construção identitária: O caso dos Açores”* destaca de que forma a

construção da identidade açoriana se desenvolveu entre a experiência quotidiana da insularidade e os discursos políticos do regionalismo, afirmando um sentido de pertença que articula o passado, o presente e o futuro. Esta relação identitária manifesta-se não apenas no plano institucional, mas também em escolhas individuais. Um estudo do ISCTE revelou que a ligação afetiva ao arquipélago é o principal fator que motiva jovens açorianos a regressar a casa após períodos de estudo no exterior (Açoriano Oriental, 2019), um resultado que ilustra de forma empírica a relevância das ligações emocionais ao lugar, que orientam decisões de vida e trajetórias pessoais:

*“O fator mais relevante para explicar a intenção de regresso dos alunos é a vinculação ao lugar, o aspeto afetivo, a ligação emocional que estes jovens têm com o lugar. Quanto mais forte é essa ligação, mais forte é a intenção de regresso”, adiantou, em declarações à Lusa, o psicólogo e investigador do ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa (IUL), Francisco Simões.” (Açoriano Oriental, 2019).*

Para além da dimensão cultural, a identidade açoriana está também enraizada na sua ligação marítima. Os discursos políticos e sociais recorre frequentemente à ideia de que “somos de identidade marítima”, reconhecendo o mar como um elemento estratégico do arquipélago (ECO, 2023). Essa centralidade reflete-se igualmente em debates institucionais. Especialistas em Direito do Mar têm sublinhado a importância de a região reivindicar a gestão dos seus recursos marinhos, não apenas por motivos económicos, mas porque os mesmos integram o próprio património identitário das ilhas (Notícias ao Minuto, 2024). Esta interdependência entre território e pertença é ainda visível em setores como o turismo rural, cujas associações locais têm apelado à preservação da identidade açoriana em resposta às pressões da globalização e da homogeneização cultural (Público, 2025).

Ao mesmo tempo, a valorização do mar como parte da identidade regional encontra expressão em medidas políticas concretas, como a recente aprovação da maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte, que reforça o papel do arquipélago enquanto território que se define pelo seu espaço marítimo (Expresso, 2024). A inscrição do mar no centro das narrativas identitárias e das políticas ambientais demonstra como o lugar, entendido aqui como a articulação entre espaço físico, memória coletiva e representação simbólica, é continuamente reconstruído e atualizado. No contexto açoriano, de facto, a identidade de lugar revela-se inseparável do mar, da insularidade e das narrativas que os habitantes e instituições produzem sobre si próprios.

A articulação entre narrativas pessoais e coletivas, memórias sociais e identidades de lugar revela, portanto, que estas não se reduzem a descrições individuais, mas constituem processos dinâmicos e socialmente mediados que configuram percepções e pertencas. Torna-se desta forma necessário recorrer a uma abordagem metodológica que valorize as narrativas como recurso analítico, permitindo captar significados e estratégias identitárias em contextos de mudança.

## **Objetivos específicos do trabalho**

O presente estudo foi desenvolvido nas ilhas do Pico e do Faial, no Grupo Central dos Açores, territórios historicamente marcados pela caça à baleia como principal atividade económica até à sua proibição em 1984 (de Oliveira, 2005). Recorda-se que a Região Autónoma dos Açores é caracterizada por uma variada e abundante fauna marinha, com destaque para o cachalote, potenciada pela influência das águas quentes da corrente do Golfo do México (Vieira, 1996). A abundância de cetáceos na região marcou e ainda marca, nos dias de hoje, a identidade económica e cultural das Ilhas do Pico e do Faial (Santos, 2013). A limitada fertilidade dos solos e a escassez de alternativas económicas contribuíram para que a pesca baleeira assumisse um papel central na sobrevivência destas ilhas, em particular na Ilha do Pico. Com o declínio da atividade baleeira, a economia local passou a apoiar-se no turismo de observação de cetáceos, que se consolidou nas últimas décadas como símbolo da transição para a conservação marinha (de Oliveira, 2005). A ilha do Pico destaca-se pelo seu relevante património baleeiro com a Rota da Faina Baleeira, que mostra diversos espaços museológicos e elementos do território ligados à baleação, como vigias, casas de botes baleeiros e um forte enfoque pela preservação da cultura e da tradição (Comerlato, 2012).

Neste contexto, a investigação foca-se em analisar as percepções intergeracionais sobre a vida marinha nos Açores, com foco na transição entre a caça à baleia e o turismo de observação de cetáceos. De forma mais concreta, o estudo procura:

(1) documentar memórias e narrativas da geração mais antiga, envolvida diretamente na pesca do cachalote, em termos de percepções de abundância, biodiversidade e comportamento dos cetáceos no período antes de 1984;

(2) analisar as percepções da geração mais nova relativamente à vida marinha atual e ao papel do turismo de observação de cetáceos na conservação e na economia local;

(3) compreender de que modo cada geração interpreta a experiência da outra, analisando simultaneamente as percepções da geração de antigos baleeiros relativamente à realidade marinha atual e as representações da geração mais jovem relativamente à realidade da pesca do cachalote;

(4) entender a forma como se transmite o conhecimento tradicional dos antigos baleeiros na atualidade;

(5) verificar a existência de um caso de *shifting baseline* entre gerações, com a mudança nas referências utilizadas para avaliar o estado do ambiente marinho ao longo do tempo.

## Capítulo 2 - Metodologia

### 1. Pesquisa

As entrevistas foram realizadas presencialmente nas ilhas do Pico e do Faial, em maio de 2025. A opção pela minha deslocação aos Açores resultou da certeza de que a minha presença no território permitiria uma maior proximidade com os participantes, promovendo relações de confiança, a observação direta dos contextos socioculturais em estudo e um acesso a narrativas mais espontâneas. Esta escolha metodológica foi guiada por uma abordagem etnográfica (de Mattos, 2011; Jason & Glenwick, 2016), que pressupõe a integração e o envolvimento do investigador no ambiente local, privilegiando o contacto direto e a interação cara a cara como forma de compreender as experiências, valores e significados atribuídos pelas diferentes gerações à vida marinha açoriana, à prática da baleação e à valorização contemporânea dos cetáceos da região. Mais do que apenas recolher dados, a abordagem etnográfica permite observar e experienciar o quotidiano da comunidade. Esta presença direta deu-me a possibilidade de compreender os verdadeiros significados atribuídos pelas diferentes gerações às suas interações com o mar.

### 2. Método de Análise

#### 2.1. Participantes

O estudo contou com a participação de 15 indivíduos, residentes na Ilha do Pico (n=10) e na Ilha do Faial (n=5), agrupados em dois grandes conjuntos de análise: Ex-baleeiros (Geração antiga, n=5), um grupo composto por indivíduos com experiência direta e prática da caça à baleia; Profissionais de *whale watching* e de instituições culturais (Geração nova, n=10), um grupo composto por participantes cuja ligação à baleação se expressa de forma indireta, através de práticas contemporâneas relacionadas com o mar, o *whale watching* e a preservação do património cultural da baleação - uma geração que cresceu numa realidade em que a conservação marinha é predominante.

A Geração Antiga (n=5) inclui exclusivamente ex-baleeiros do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 59 e os 96 anos (média=82 anos). Todos desempenharam funções ligadas diretamente à caça da baleia e atualmente encontram-se reformados, com exceção de um participante, ainda ativo como vigia numa empresa de *whale watching*. A Geração Nova (n=10) é composta por cinco homens e cinco mulheres, com idades compreendidas entre os 23

e os 65 anos (média = 42 anos). Este grupo refletiu a diversidade de papéis ligados às formas contemporâneas de relação com o mar e a baleação, incluindo profissionais do Museu dos Baleeiros, pescadores de atum, construtores de botes, dirigentes de clubes náuticos, skippers, guias e investigadores ligados ao *whale watching*. A seleção dos participantes foi realizada através de amostragem intencional, garantindo, desta forma, que os entrevistados tivessem experiência relevante para garantir o cumprimento dos objetivos do estudo. Foi também utilizado um método de bola de neve, em que participantes indicam potenciais entrevistados, principalmente no caso dos antigos baleeiros. Apesar da amostra não ser estatisticamente representativa da população total das ilhas, a diversidade etária, de género e de funções profissionais permitiu uma análise comparativa entre gerações, com dados qualitativos relevantes.

## 2.2. Processo de Análise

As entrevistas seguiram diretrizes de um método baseado num guião semi-estruturado previamente elaborado, sendo posteriormente gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente, com enfoque nas principais tendências e padrões emergentes. A recolha e tratamento dos dados respeitaram os princípios do Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL, aprovado pelo Despacho n.º 7095/2011 (Diário da República, 2.ª série, n.º 90, de 10 de junho de 2011), garantindo anonimato, confidencialidade e consentimento informado dos participantes. Os dados recolhidos foram analisados utilizando uma abordagem narrativa, centrada na interpretação das histórias e experiências relatadas pelos participantes, procurando compreender como se constroem e se articulam as perceções intergeracionais sobre a vida marinha nos Açores.

O guião de entrevista foi dividido em seis temas principais: informações pessoais do entrevistado; memórias/experiências passadas e perceções do passado; mudança na relação com o cachalote (da pesca ao *whale watching*); perceção da vida marinha na atualidade; transmissão do conhecimento; impactos do turismo de observação; comparação intergeracional e *shifting baseline* (Anexo 1). Relativamente às perceções de *linhas de base*, foram incluídas perguntas específicas destinadas a compreender como é que cada geração descreve a evolução da vida marinha ao longo do tempo e se existem diferenças nas referências ecológicas utilizadas para avaliar o estado do ambiente marinho entre gerações.

A análise do conteúdo das entrevistas deu-se segundo um procedimento qualitativo cuidadosamente estruturado, de forma a compreender as percepções intergeracionais relativas à vida marinha da região e à transição histórica entre a baleação e o *whale watching*. Numa primeira fase, os conteúdos para análise foram criteriosamente escolhidos de acordo com a relevância dos objetivos de estudo, considerando aspetos como a frequência das menções, o detalhe das descrições, a coerência interna das narrativas, a riqueza descritiva e o potencial de comparação entre gerações. Os conteúdos recolhidos foram organizados, numa fase seguinte, em duas grandes narrativas de análise – uma narrativa fundamentada na experiência direta e memória ecológica do passado e uma narrativa centrada na conservação e valorização atual dos cetáceos –, com o principal intuito de estruturar a interpretação de diferentes perspetivas e facilitar a identificação de padrões comuns e divergentes.

Para alcançar os objetivos de estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de análise narrativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a diferentes grupos geracionais, de forma a garantir um equilíbrio entre questões previamente definidas e a flexibilidade para explorar temas emergentes durante a interação com os entrevistados (de Castro & de Oliveira, 2022). Optou-se por um modelo que combina questões previamente delineadas com a abertura necessária para explorar novas dimensões que possam surgir no decorrer da conversa, uma metodologia que possibilita a recolha de narrativas e experiências subjetivas, fundamentais para compreender o fenómeno de *shifting baseline* e, em paralelo, apreender valores, memórias e percepções de indivíduos inseridos em diferentes contextos históricos. A entrevista narrativa assume-se como uma técnica de investigação qualitativa que privilegia o relato do participante, dando espaço para que construa e partilhe a sua própria experiência de forma contínua, em vez de se limitar a responder a perguntas isoladas (Kartch, 2017).

O processo de análise teve por base os parâmetros de Gergen & Gergen (1988) previamente desenvolvidos no Capítulo 2, com a subdivisão das narrativas em dois tipos distintos: progressivas e regressivas. Foi igualmente considerado o fenómeno do *shifting baseline* de Pauly (1995), procurando identificar variações nas referências ecológicas utilizadas pelas diferentes gerações para descrever e avaliar a evolução da vida marinha. A análise incidiu também sobre a relação dos entrevistados com o lugar, procurando compreender de que modo é que os vínculos identitários e simbólicos com o meio marinho e com as práticas associadas à baleação e à observação de cetáceos são construídos pelas duas gerações, enquanto elementos constitutivos da memória e da experiência relatada. Consideraram-se ainda as diferentes vozes

que surgem ao longo das entrevistas (Hochman & Spector-Mersel, 2020), entendidas como múltiplas perspectivas e posicionamentos sociais e geracionais, e os papéis que cada geração adota, em diferentes momentos da história.

### Capítulo 3 – Análise das Entrevistas

Através da análise das entrevistas tornou-se possível identificar padrões discursivos que se organizam em torno de diferentes formas de relação com o mar, fortemente influenciadas pela pertença geracional. Em articulação com o conceito de *shifting baseline* (Pauly, 1995) e com os modelos definidos por Gergen & Gergen em 1984, a análise deste estudo identificou duas narrativas contrastantes no discurso dos entrevistados, associadas a duas gerações distintas e à sua experiência direta ou indireta com o mar e os cachalotes. A primeira narrativa, intrinsecamente ligada à geração mais antiga e com carácter regressivo, centra-se na experiência direta e na memória ecológica do passado, abordando aspetos como a perceção da abundância marinha em períodos históricos, a baleação enquanto necessidade económica e modo de vida, a construção do mar como espaço de identidade e pertença e a distância crítica em relação às gerações atuais. A segunda narrativa, diretamente relacionada com a geração mais nova e de carácter progressivo, foca-se na valorização e conservação atual dos cetáceos, destacando a revalorização ética e simbólica destes animais, a compreensão crítica e contextualizada da baleação histórica, a confiança no presente e a idealização das práticas de conservação contemporâneas, bem como a transmissão de memórias herdadas ou reconstruídas, que não foram vividas diretamente pelos entrevistados. Esta estrutura permitiu não só organizar de forma sistemática as narrativas recolhidas, mas também estabelecer uma base sólida para a análise do fenómeno de *shifting baseline*, observando como é que cada geração constrói e ajusta os seus referenciais ecológicos ao longo do tempo, e de que forma é que as memórias e perceções se articulam entre experiências vividas e reconstruções herdadas.

A relação com o lugar surge, ao longo das entrevistas, como uma dimensão transversal em ambas as narrativas: por um lado, para a geração mais velha, o mar é evocado sobretudo como território de trabalho, sobrevivência e memória coletiva de união; para a geração mais nova, a relação com o lugar assume um papel mais centrado na valorização, na conservação e nas experiências recreativas associadas ao meio marinho e à valorização viva do cachalote. Também as vozes que atravessam os discursos evidenciam memórias diretas que se confrontam com relatos herdados. No entanto, nas duas narrativas, a voz mantém-se coletiva e o “*nós*” continua presente, ainda que reinventado, adaptado às experiências, memórias e perspetivas de cada geração.

As narrativas identificadas serão apresentadas de seguida, de modo a evidenciar as especificidades de cada geração e a cumprir os objetivos do estudo, previamente abordados.

### **3.1 Narrativa baseada em memórias históricas de abundância e conexão funcional com o mar**

A primeira narrativa é identificada predominantemente entre os entrevistados da geração mais antiga: ex-baleeiros e indivíduos com experiência direta no período da baleação. A percepção do mar está fortemente enraizada numa memória ecológica de abundância, funcionalidade e sobrevivência. Os cetáceos são recordados e vistos como um recurso essencial. Esta é, portanto, uma narrativa que se estrutura em torno da valorização de um passado vivido e de grande abundância, proximidade com o mar e legitimação da baleação como uma prática de subsistência.

Esta linha discursiva manifesta uma percepção bastante evidente de declínio. O passado é evocado como um período de maior abundância, equilíbrio ecológico e proximidade com o mar, em contraste com o presente, entendido como um tempo de perda e alguma transformação negativa. Surge, muitas vezes, a sensação de que “antigamente era melhor” e de que as condições atuais já não correspondem ao que outrora se viveu e conheceu. Segundo a tipologia proposta por Gergen & Gergen (1988), trata-se de uma narrativa regressiva, em que o passado é projetado como superior ao presente, justificando uma trajetória temporal de deterioração em vez de progresso ou continuidade.

Os relatos dos antigos baleeiros evidenciam também, de forma bastante clara, a relação com o lugar, já que o mar e os seus recursos funcionam como uma referência identitária e como um espaço de pertença, reforçando a ligação emocional e funcional ao território. Para além da dimensão factual, os relatos desta geração revelam a diversidade de vozes dentro da narrativa coletiva. Em todas as entrevistas, as memórias diretas da experiência de pesca da baleia coexistem com os relatos contados, constituindo um “nós” coletivo que se reinventa, mas que mantém a coesão e o sentido de pertença à comunidade baleeira.

#### **3.1.1 Percepção de abundância marinha no passado**

Um dos relatos mais presentes no discurso dos entrevistados da geração mais velha é a ideia de um mar outrora abundante, vivo, lotado de cetáceos e particularmente de cachalotes:

*“Menos baleias, menos baleias. Antigamente viam-se baleias, trinta, quarenta baleias. Agora devem ser quatro ou cinco ou seis no máximo”.* (baleeiro 1)

*“Era muito cachalote e golfinho”* (baleeiro 2)

*“E a gente, nesse dia, matámos três. Três baleias.”* (baleeiro 3)

*“Antigamente havia muita baleia.”* (baleeiro 4)

Para além da evocação da abundância marinha em termos gerais, vários dos entrevistados recuperam histórias sobre a presença frequente de grandes cardumes de cachalotes, que podem ser vistos, nesta vertente, como um símbolo da abundância da espécie naquele tempo. As histórias contadas remetem para episódios em que dezenas de cachalotes eram avistados em simultâneo, uma imagem que reforça a imagem de um mar intensamente povoado e inesgotável. A recorrência desta narrativa nas entrevistas sugere a centralidade do cachalote na experiência baleeira e na economia local, como seria de esperar, mas também a construção de uma memória ecológica que se apoia, novamente, em imagens de abundância significativa:

*“Chegámos estava um cardume de baleias, 30 ou 40 baleias a dormir, rabos com cabeças, cabeças com rabos, estavam todas paradas ali. Quando chegámos lá, fomos trancando. Um da Ribeiras trancou uma. Mas chegou entre as duas. (...) Houve vários botes que queriam entrar lá. Ali, naquele dia, tudo trancou. Naquele mundo, vinte, trinta, quarenta baleias, uma coisa louca. Apanhámos três nesse dia lá, o nosso bote apanhou três.”* (baleeiro 1)

*“E chegámos lá fora, era um cardume de baleias. E chegámos lá fora, (...) as baleias saíram e a gente foi às baleias. Sei que estou certo, que a baleia que tranquei a primeira e a segunda também foi nesse dia. Foi cabeça com cabeça. Elas vinham direito à gente. A seguir trancámos outra. Eu tranquei outra.”* (baleeiro 3)

*“Eu lembro-me uma vez, um cardume de baleias. Era de remos. Mas os remos não podiam fazer mexer, fazer barulho. E fomos chegando ao cardume e elas começam a se baixar para baixo.”* (baleeiro 2)

*“Aqui há vezes passavam baleias, passavam baleias, passavam cardumes inúmeros de baleias, apanhava-se uma baleia, duas, três, quatro ou cinco (...)”* (baleeiro 2)

*“Sempre quando havia muitos cardumes, ou coisa assim, que matavam uma, e estavam outra vez baleias em cima, punham a bandeira, para ir matar outra, para assinalar.”* (baleeiro 3)

Os relatos de abundância não são, nesta análise, entendidos apenas como recordações factuais, mas como narrativas que desempenham um papel ativo na construção de uma visão partilhada do passado marinho. Os baleeiros assumem sobretudo o papel de atores centrais da atividade, apresentando-se como quem viveu em primeira mão a abundância marinha. Essa posição confere-lhes legitimidade para contrastar o passado com o presente e sustentar uma memória coletiva da mudança. Ao serem constantemente transmitidas, constituem-se mecanismos de memória ecológica, uma vez que se reconstrói uma percepção de abundância que se fixa enquanto referência identitária para a geração que viveu diretamente a baleação. Para os mais antigos, o mar abundante de outrora é o parâmetro contra o qual se mede a atual escassez, reforçando, assim, a percepção de declínio e a valorização de um passado perdido.

### 3.1.2 A baleação como necessidade e modo de vida

A atividade da baleação é evocada detalhadamente e com uma evidente emoção pela geração mais antiga. É, também, frequentemente enquadrada como uma necessidade económica, uma atividade complementar de sobrevivência, muitas vezes narrada com traços de sofrimento emocional mas também como um símbolo de um trabalho digno:

*“As pessoas aqui, geralmente, até os que arriavam à baleia, criavam vacas e bois. E nem viviam propriamente daquilo. Aquilo posso dizer que era um extra, um dinheiro ganho. Um complemento. Outros cultivavam vinhas, milho, batatas. Outros iam ao mar. Eu, por exemplo, andava no mar. Ia à pesca aqui de... de outras coisas. Artesanal. Peixe, mais outros.”* (baleeiro 3)

*“Era tudo pessoas do mar. [...] Aquilo não era aquela vida fixa, aquilo era uma vida extra. Ou seja, cada um tinha a sua profissão... aparecia a baleia, lá iam para a baleia.”* (baleeiro 2)

Não há, na generalidade, um orgulho absoluto pela atividade baleeira, mas sim um reconhecimento da sua importância no contexto da época, que é muitas vezes lembrado com a consciência das dificuldades que eram vividas:

*“O meu pai ia para a baleia. Aquele dinheirinho, que era pouca coisa. Naquele tempo eram contos, escudos, escudos. E o meu pai tinha cinco filhos, minha mãe e meu pai, eram sete pessoas em casa. E aquele dinheirinho na baleia era um extra porque eu ganhava aqui por fora, nas terras, na lavoura. Tínhamos vacas, tínhamos... A terra*

*emprestada, milho para comer todo o ano, pão de milho, que não era papo-seco. Era pão de milho, milho. A gente tinha a terra para dar milho para todo o ano comer pães de milho. E o meu pai ia à baleia. Eu ainda não. Aquele dinheirinho era para o pão, um bocadinho de açúcar. De vinagre. Estas coisas que a gente tinha em casa, as culturas, a batata, o milho, ervilhas (...), era difícil.” (baleeiro 1)*

Para além da baleação, a vida era marcada por múltiplas atividades de subsistência: lavoura, pecuária, pesca artesanal e até o comércio local, onde muitas vezes se comprava a crédito:

*“A gente tinha três vaquinhas só. O outro tinha duas, o outro tinha três. Eram poucas vaquinhas que era para dar leite para casa. (...) A gente comprava no Edmundo, um café aqui perto. O maior negócio do Pico era ali. E depois a gente comprava lá. O açúcar, a farinha de trigo, para fazer o pão de milho, um pãozinho. Havia vezes que a gente não tinha, mas era uma caderneta. Uma caderneta era um bloco, uma caderneta, um bloco com folhas. E iam marcando, a gente ia levando comida do Edmundo. (...) E depois descontava. Mas todos os anos para o Natal dava a garrafa de vinho do Porto a todos os seus clientes.” (baleeiro 1)*

Até os pormenores mais práticos, como a partilha dos dentes dos cachalotes, mostram o caráter coletivo e organizado da atividade:

*“Eu quando andei à baleia, vou-te explicar. Eu nunca ganhei um escudo com dentes. (...) Faziam sete montes de dentes e nós ficávamos cada um com um monte. (...) Eles juntavam tudo para dentro, vendiam, dividiam o dinheiro por sete.” (baleeiro 1)*

A relação de respeito pelo mar e pelo cachalote surge de forma transversal no discurso dos entrevistados. Apesar de caçadas, as baleias eram vistas como seres vivos dignos de reconhecimento:

*“A baleia quando era trancada e estavam a matar, a maior parte da baleia, vá lá 90% ou 98% das baleias, não... Ficavam ali. Não prejudicavam. É como os animais, é como nós. (...) São animais, são animais vivos como nós.” (baleeiro 2)*

O respeito manifestava-se também na perceção da prática como equilibrada, sustentável, e distinta da caça industrial praticada noutros lugares. Os entrevistados rejeitam a ideia de que a prática era motivada por ganância ou destruição, mas interpretada à luz das necessidades e condições da época. Um baleeiro refere que *“esta caça à baleia não... Matava-se uma baleia,*

*mas não era coisa que fizesse muito mal (...) apanhava-se uma baleia, duas, três (...) e as outras emigravam, caminhavam, continuavam com a sua vida.”* (baleeiro 2), sublinhando que o impacto era limitado e distinto da caça industrial feita noutras partes do mundo: *“Os japoneses iam-se para fora com os navios grandes e isso então é que davam o matamento da baleia”* (baleeiro 2).

São também várias vezes narradas histórias de perigo, que reforçam o caráter arriscado e imprevisível da atividade. Os entrevistados recordam episódios em que o confronto com a baleia podia colocar em risco a vida dos baleeiros:

*“Apanhámos uma baleia, na sua altura (...) ela tinha um defeito no maxilar. O maxilar era assim, enganchado à frente. (...) Era um bulo. Um bulo, não a baleia de cardume, nem a baleia grande. Na altura ainda diziam... Um bulo é uma baleia de 15, 18, 20 bidões. Bidões de azeite. Uma baleia grande era uma baleia de 30, 40 bidões de azeite. E as outras baleias de cardume eram baleias de 7, 8, 9, 10, 12 bidões de azeite. A tal baleia era má. Ela procurava para morder o outro. O meu pai a trancou (...) mas eles lixaram-se para a matar. Porque ela vinha, mesmo direita ao bote, com a boca aberta, que era mesmo para pegar. Mas isso era raro. Sim, muito raro.”* (baleeiro 2)

*“A gente toca-lhe numa orelha e eles... eram do piorio que havia, malignos. Cachalotes pequenos, era o piorio que havia. Gostava muito de trancar era um macho grande, a gente trancava-o com o arpão e ele não fazia nada. Já estava. Depois era só com a lança matá-la.”* (baleeiro 1)

Estas histórias de perigo quase nunca são narradas numa perspetiva heroica, mas como parte da experiência quotidiana da baleação, revelando um equilíbrio entre a exposição ao risco e o respeito profundo pelo mar e pelos animais. Apesar dos desafios, prevalecia a noção de coragem. Ainda que arriscada, a atividade era vista como parte natural da vida no mar, sempre com prudência e respeito:

*“É que eu digo, a baleia era muito arriscada. (...) A gente não tinha medo, mas tinha que ter respeito com o animal, trabalhar em condições para não haver azar.”* (baleeiro 1).

O respeito que coexistia com a dureza das condições de vida e a dependência económica da baleação é também frequentemente mencionado. Vários recordam com algum ressentimento

o episódio de 1987, quando foram abatidas três baleias nas Lajes do Pico já depois da proibição oficial:

*“Comecei a baleação até acabar. Em 84, finish, mas apanhámos em 87 mais três baleias. Foi a nossa desgraça. Porque as nações começaram a criticar Portugal, que tinha acabado em 84 e em 87 foram matar três baleias. E era proibido. (...) E fomos matar mais aquelas três. E então acontece que... (...) Quando se veio a descobrir que Portugal, na Ilha do Pico nas Lajes do Pico, ainda tinha apanhado três baleias em 87, Portugal mandou um chefezinho à Comunidade Europeia, mandaram o chefe para trás. E ficámos sem dinheiro nenhum.”* (baleeiro 1)

As recordações dos baleeiros revelam que a baleação não se limita à dimensão económica, mas assume um lugar central na construção da identidade coletiva. Foi simultaneamente fonte de sustento e experiência de risco, mas também memória partilhada de uma época em que a vida quotidiana estava intimamente ligada ao mar. O discurso dos entrevistados reflete, acima de tudo, uma consciência clara de que a baleação era parte de um equilíbrio com a natureza, nunca uma exploração excessiva.

### 3.1.3. O mar como identidade e espaço de pertença

Para os entrevistados mais velhos, tornou-se evidente que o mar não é apenas visto como um recurso económico, mas como um espaço de pertença profundamente enraizado nas suas identidades. Os relatos destacam o mar como uma extensão de casa, da aldeia e da sua vida em comunidade. Estas são narrativas que revelam uma dimensão identitária e emocional muito forte, fundamental para compreender a intensidade da perda sentida e, ao mesmo tempo, a resistência a certas mudanças contemporâneas.

A baleação era mais do que um trabalho. Constituía um acontecimento coletivo, um elemento que organizava a vida comunitária e que alimentava rivalidades e paixões semelhantes às do desporto:

*“Isto aqui havia. Havia aqui umas rivalidades. Com os botes. Era como o Sporting e o Benfica. (...) O nosso bote, o nome dele não era, mas chamavam-lhe o Benfica. E o outro era o Sporting. E eram os botes a ver qual é que trancava mais baleia. A ver, na fim do ano, qual é que tinha o campeonato ganho também. O maior número de baleia. Aquilo era como um campeonato.”* (baleeiro 3)

*“Mas havia a rivalidade. A gente num ano apanhámos 33 baleias, fomos os melhores nesse ano.”* (baleeiro 1)

Estas rivalidades não anulavam a solidariedade entre os homens do mar, mas conferiam uma dimensão competitiva à atividade, reforçando o sentimento de pertença às aldeias e entre os botes. As rivalidades entre os botes ilustram a diversidade de papéis assumidos na comunidade. O mar, assim, tornava-se não só território de subsistência, mas também um espaço simbólico de afirmação das identidades locais.

O sinal do foguete, dado pelos vigias sempre que avistavam baleias, foi sempre narrado pelos entrevistados com bastante emoção e saudade. A recordação desses momentos ao longo da conversa gerava sempre gestos de entusiasmo, risos, alguma comoção e olhares marcados pela nostalgia:

*“As pessoas aqui, geralmente, até os que arreavam à baleia, criavam vacas e bois. E nem viviam propriamente daquilo. Aquilo posso dizer que era um extra, um dinheiro ganho (...) E, às vezes, até a gente para ir para mais longe não ia, porque, por causa da baleia... A gente saía para muito longe, não ouvia mesmo o foguete da baleia. E atirava um foguete ali na vigia, para dar o sinal. Para as pessoas irem. E tudo corria para lá fora, para baixo, para o porto. Mas as pessoas que não conseguiam ir à baleia e estavam trabalhando em terra, aquele dia era um dia perdido para eles, porque eles estavam a ver.”* (baleeiro 3)

*“Estavam na sua vida, tendo dia de fora, trabalhando nos campos, por aqui, por lá. Quando aparecia, alto. E quando tentávamos dar uma pincelada, às vezes não ia. É, quando estava estudando nas Lajes, ia ouvindo o foguete das Lajes, e tinha que vir embora. E eu pedia à secretaria para ir a telefonar. Telefonava logo para aqui, ou ali para baixo, para uma loja ali em baixo, ou aqui para casa. “Olha apareceu baleia aqui nas Lajes”. E ia ter sorte de apanhar a camioneta da carreira (...) e eles estarem no bote aí em baixo à minha espera. Era pouca gente, às vezes faltava um, dois, e esperavam.”* (baleeiro 2)

A dimensão coletiva do acontecimento ultrapassava os próprios baleeiros, envolvendo também a população em terra. A lembrança da pressa, do abandono imediato das tarefas quotidianas para correr ao encontro do mar, aparece recorrentemente nos diálogos:

*“Eu vou-te explicar. O alarme, o alarme da baleia. O meu pai estava, meu pai corria no mato, por terras abaixo, para ser dos primeiros a chegar ali. (...) Atirava o foguete, era uma loucura. Os baleeiros eram uma loucura. E o barbeiro, como aconteceu, o barbeiro era o oficial de um bote (...). Estava fazendo a barba a uma pessoa, tinha meia barba feita, atirava o foguete, a barba era meia feita, “olha venho mais logo aí”. Eu ainda me lembro. (...) Era uma loucura.” (baleeiro 1)*

São várias as memórias que realçam a alegria partilhada em torno desse momento:

*“De manhã cedo, atirava o foguete. Isto era uma alegria. Era. As pessoas estavam, às vezes, todos a gritar “baleia”. (...) Eles estavam apanhando uva aqui em cima, a correr para entre a vinha abaixo, uma pessoa a ordenhar a vaca. Quando ela sentiu o foguete, ela deu um cucho na lata de leite.” (baleeiro 3)*

A intensidade da experiência atingia também a percepção física da grandeza que representava estar no mar com uma baleia:

*“Aquilo era uma loucura, uma alegria trancar uma baleia. Era preciso era a gente pensar -uma baleia pesa, mais grande, 40 toneladas e a gente pesa 2 toneladas, o bote, e as pessoas, duas toneladas.” (baleeiro 1)*

*“É bonito ir ao mar ver baleias hoje em dia, mas eu acho que é uma sensação... O silêncio (...) Saber que a baleia está ali ao pé. Era assim “Agora ninguém se mexe.” Eu só me lembro que ela que estava ali de fora e que podia dar uma rabanada. E que ia tudo para o ar.” (baleeiro 2)*

A memória do fim da baleação é narrada com emoção, comprovando-se uma ligação profunda dos baleeiros com essa vivência e destacando-se, novamente, a diversidade de papéis assumidos na mobilização coletiva. Vários entrevistados expressaram, durante as entrevistas, comoção visível ao recordar esses tempos, confessando a saudade de uma vida partilhada entre o mar e a comunidade:

*“Mas deixou-me muito a saudade daquela vida. Há recordações. Muita gente gostava daquilo. Já pessoas mais de idade. Gostavam daquilo. Mas todos procuraram outras vidas. (...) Antigamente arreavam mais. Mas isto depois foi diminuindo, diminuindo. Até que ficou só um (bote).” (baleeiro 3)*

*“Eu fiquei desgostoso, porque eu gostava muito daquela vida. Fiquei muito desgostoso.”*  
(baleeiro 4)

*“A minha vida foi sempre o mar. (...) Era tudo pessoas do mar. Era tudo pessoas do mar. (...) Foi assim a minha vida. E a caça à baleia. Mas dá-me muita saudade daquilo.”*  
(baleeiro 5)

*“É claro que houve muita gente, porque... as pessoas mais antigas, “oh, vai acabar”, não sei o que, e era muita gente para o desemprego. E mesmo pessoas que trabalhavam na fábrica, e isso tudo, ficavam sem trabalho. Vigias. Embora que fosse poucos, meia dúzia deles ou coisa assim, que tinham em volta da ilha, eram pessoas que iam para o desemprego. E as pessoas ficavam assim, ficaram... Mas hoje em dia a gente pensa que é o normal. (...) A minha vida foi sempre o mar. (...) Era tudo pessoas do mar. Era tudo pessoas do mar. (...) Foi assim a minha vida. E a caça à baleia. Mas dá-me muita saudade daquilo.”* (baleeiro 2)

Estas memórias do mar e da baleação, carregadas de emoção, entusiasmo e sentido de pertença, revelam não apenas uma experiência de vida coletiva, mas também a construção de identidades profundamente enraizadas na comunidade. Uma herança que, embora marcada pela saudade e pela passagem do tempo, continua a informar a relação atual dos indivíduos com o mar e com as transformações socioeconómicas que se seguiram.

#### 3.1.4. Distância e desvalorização das gerações atuais

Outro elemento marcante nos discursos dos entrevistados mais velhos é uma crítica às gerações mais novas, frequentemente expressa em frases como: *“a juventude não quer nada da vida”* (baleeiro 1) ou *“a parte das pessoas mais novas já não conhecem nada daquilo”* (baleeiro 3). Esta perceção de afastamento justifica não apenas uma mudança nas atividades económicas ligadas ao mar, mas também uma perspetiva, em certa parte, de crítica aos valores e modos de vida da geração mais nova.

A desvalorização do conhecimento prático e experiencial do mar pode surgir, desta forma, como uma maneira de reforçar a legitimidade das gerações mais velhas no debate sobre a vida marinha. A crítica às novas gerações traduz-se em juízos de desinteresse e de incapacidade de compreender inteiramente o significado da experiência do mar:

*“Não ligam muito. Não ligam muito. E se hoje em dia fizessem, se a lei mandasse, podem baleiar outra vez, não haveria ninguém que iria. A não ser dois ou três velhos, na juventude ninguém queria”* (baleeiro 1).

Este sentimento de exclusão da memória partilhada constrói a ideia de que o passado está a ser apagado ou, pelo menos, desvalorizado. O contraste entre a experiência vivida e o distanciamento das novas gerações é frequentemente narrado com uma certa indignação:

*“Eu ficava muito chateado, aqui há anos, quando havia eleições - “vamos apostar na juventude”. Uma parte da juventude não quer nada na vida. Pois. Uma parte, não digo tudo. Mas a juventude não quer nada na vida. E eu ficava zangado”* (baleeiro 1).

Apesar das críticas, reconhece-se ainda alguma continuidade simbólica, ainda que transformada, como no caso da manutenção dos botes baleeiros:

*“Eles então têm uma coisa boa. Eles mantêm sempre esses botes. E as lanchas e tudo. Amanhã, tudo. E em condições. E essa malta nova, agora já vai aprendendo só para desporto”* (baleeiro 3).

Este tipo de comentários sugere que, embora o valor funcional da baleação tenha desaparecido, as práticas associadas continuam a ser reconstruídas pelas novas gerações, ainda que noutros contextos, como o desporto ou o turismo.

### **3.2 Narrativa centrada na conservação e valorização atual dos cetáceos**

A segunda narrativa é dominante entre os entrevistados mais jovens, ligados à atividade de *whale watching*, à pesca, a museus ligados à memória da atividade baleeira, a clubes navais da região de estudo e à construção de botes. Por contraste aos entrevistados da geração mais antiga, constrói-se agora uma narrativa centrada na valorização atual dos cetáceos como símbolo de conservação e património vivo. Esta é uma geração que, sem qualquer experiência e vivência da época baleeira, reconhece os impactos da baleação mas tende a referir que, apesar do passado histórico, o presente representa um avanço em termos éticos, ambientais e sociais. Aqui, constrói-se uma perceção sobre os cetáceos a partir da atualidade, frequentemente informada por dados científicos, pelo contacto com o turismo e pela sensibilização ambiental. Existe, desta forma, um novo regime simbólico, em que as baleias deixam de ser um recurso necessário direto e passam a ser um recurso vivo que molda a identidade ambiental açoriana. Os entrevistados situam-se simbolicamente num tempo “depois da destruição”, onde é necessário preservar o

que resta, recuperar os números, corrigir os erros do passado e garantir a continuidade ecológica através de novas práticas. Com esta narrativa, reforça-se a ideia do fenómeno de substituição da *linha de base* ecológica, em que os entrevistados mais jovens constroem a sua visão do que é “normal” com base na presença atual de cetáceos e no discurso de conservação.

Apesar de existir uma leitura crítica do passado, verifica-se, no entanto, um grande respeito pelas gerações anteriores e uma consciencialização por quase todos os entrevistados de que a baleação foi algo necessário para a sobrevivência das ilhas. A comparação com o passado é feita através de uma perceção herdada ou reconstruída a partir de relatos e fontes secundárias, de uma memória herdada mas não vivida, marcada por um distanciamento crítico da atividade baleeira, ao mesmo tempo que reconhece a sua importância histórica. Os entrevistados assumem o papel de observadores críticos e intérpretes da história, posicionando-se entre a memória herdada e a reconstrução analítica do passado. Trata-se, neste sentido, de uma narrativa progressiva (Gergen & Gergen, 1994), que reconhece o peso e a legitimidade das práticas do passado, mas redefine o seu significado numa trajetória orientada para a superação ética, ambiental e social, projetando o presente como uma etapa de melhoria contínua.

Nesta narrativa, a relação com o lugar surge ligada à construção de uma identidade açoriana marcada pela conservação ambiental. Para os entrevistados mais jovens, o mar passa a ser entendido como um território de estudo, observação e proteção, em que a vida marinha se constitui como um património vivo que deve ser preservado. O lugar deixa de ser entendido apenas como um recurso económico imediato e torna-se num espaço de experiências simbólicas, educativas e turísticas, capazes de moldar valores coletivos e individuais. A questão das vozes surge novamente no coletivo, com uma narrativa da conservação e valorização dos cetáceos não apenas individual, mas construída socialmente.

### 3.2.1. Compreensão crítica e contextualizada da baleação

Nas entrevistas com os participantes da geração mais jovem, surge uma narrativa marcada por uma posição crítica em relação à prática histórica da caça à baleia, mas simultaneamente com um forte sentido de empatia e compreensão contextualizada - um discurso marcado por uma certa ambivalência afetiva que, na generalidade, ficou bastante evidente. Os entrevistados demonstraram reconhecer que a baleação fazia parte de um contexto socioeconómico específico, marcado por dificuldades e pela ausência de alternativas sustentáveis. Foi notório, por vezes, algum desconforto quando o assunto era abordado inicialmente:

*“Conheço a história do pouco que foram falando aqui, evitamos tocar um bocadinho no assunto porque é um passado um bocadinho infeliz, não é?” (whale watching 1)*

Este desconforto não impede, contudo, o reconhecimento geral de que a baleação constituiu um meio de subsistência fundamental para muitas famílias:

*“Respeito muito o que eles fizeram, porque eles tinham que sobreviver de alguma maneira. Era uma ocupação, era um ofício ser baleeiro, não era qualquer um que era baleeiro, não era qualquer um que era trancador, não era qualquer um que era oficial. E tudo isso, contextualizado, faz-me ter muito respeito por eles.” (whale watching 3)*

*“Mas muitos dos pescadores tinham essa consciência. Havia uma consciência desse tipo. Um respeito pelo mar, um respeito pelas espécies, um respeito... Agora, é a fome, é a miséria, é a sobrevivência. Era uma questão de sobrevivência. Sobrevivência. Mas houve sempre um respeito pelo mar e um respeito por aqueles grandes animais. Houve sempre. O meu pai falava-me disso.” (museu 2)*

A crítica moral surge, de facto, mas quase sempre contextualizada e com marcos bastante evidentes de empatia. Os mais jovens assumem um papel de moderadores críticos, ao reconhecerem que a baleação deu-se num tempo de dificuldades, mas muitos sublinham a importância de aprender com os erros do passado, para que *“a história não se repita”* (museu 3):

*“Aquilo que mais me dizem quando se fala sobre isso, no passado, é que era realmente o meio de sustento das pessoas. Infelizmente usaram um meio para poder prejudicar essas espécies das baleias, era aquilo que eles conheciam. O bom é que depois as coisas vão começando a atualizar-se, arranjando outras maneiras de sustento e felizmente conseguiram perceber que o facto de caçarem baleias só trazia prejuízo para as baleias.” (whale watching 2)*

*“Por um lado é bom também olharmos para trás e vermos o que é que nós fizemos de errado. Ao olhar por esses museus em que há documentários sobre aquilo que eles faziam às baleias, há certos aspetos que são chocantes. Quando fui ao museu da baleia ali em Porto Pim, é um bocado chocante ver aquela carnificina toda. Mas por um lado olhar para trás e pensar, ainda bem que nós já não fazemos isso, também ajuda-nos a olhar para o futuro e tentar pensar, ok, nós fazíamos isso no passado, isto foi péssimo,*

*o que é que nós podemos fazer agora para melhorar o futuro das baleias e da vida marinha? Por isso tem esse lado, que acaba por ser um bocado chocante ver o que se fazia, mas também ajuda-nos a perceber o que é que devemos fazer no futuro para evitar que volte a acontecer e até melhorar a situação.”* (whale watching 1)

*“Acho que temos que respeitar a cultura e a história dos Açores no que toca à avaliação, porém que não regresse. Nos dias de hoje não faz sentido. Mas a caça é um património que nós temos, que devemos respeitá-lo e contextualizá-lo, não demonizar. Aos baleeiros não são assassinos, não são más pessoas, não devem ser cancelados. Portanto, essa história deve continuar a ser contada, até para que não se repita.”* (whale watching 3)

*“O chocar às vezes é bom para agora termos um bocadinho de consciência do que não fazer.”* (whale watching 1)

Ao mesmo tempo, sobretudo entre profissionais do *whale watching*, torna-se evidente um profundo respeito pelo conhecimento herdado dos antigos baleeiros, considerado fundamental para a atividade contemporânea:

*“Faço o que faço porque eu vivo nos ombros desses gigantes, dos baleeiros.”* (whale watching 3)

*“ (...) eu sei que um cachalote hoje mergulha aqui e vai sair dali uma milha e pouco à frente porque foram eles que nos ensinaram.”* (whale watching 3)

*“Foi um conhecimento que veio dessa arte, dessa forma, que veio desse ofício que se transportou para o whale watching.”* (whale watching 2)

Mesmo afirmando-se contra a caça, muitos entrevistados defendem a valorização desta memória como património cultural:

*“A minha visão em relação à caça é que sou contra, mas respeito a cultura que são os Açores.”* (whale watching 3)

Outro aspeto amplamente reconhecido pelos mais jovens é que a baleação açoriana implicou, de facto, um volume expressivo de capturas:

*“Sim, tendo em conta aquilo que fez e que ainda estão a recuperar a população das baleias, foi mau, mas é isso, era o que eles conheciam e era o meio de sustento deles. E é bom que tenham percebido que de facto não era sustentável.” (whale watching 1)*

*“Houve de facto um prejuízo, ou acredita-se que sim. Eu não sei, lá está, eu não sei pormenores de quantidades que eles pescavam, como é que pescavam em específico, mas que prejudicou as populações de baleias sim, até para a minha tese tive de fazer a pesquisa toda, no caso das baleias e foram de facto afetadas. Ainda estão a recuperar os números, portanto, recuperar é bom, mas sim, afetou.” (whale watching 1)*

*“A memória deve ser protegida mas não é inventar factos, não é branquear a história, não é dizer que se caçava pouco nos Açores porque não é verdade, caçava-se muito. (...) estamos a falar de uma caça extremamente intensiva ao Cachalote, que obviamente terá dado cabo dos stocks que havia na altura e que hoje em dia já não se faz.” (whale watching 3)*

*“Não cumpriam as regras (...) Na altura da pesca houve um decréscimo, e os cachalotes ficaram mais pequenos” (museu 3)*

No seu conjunto, a narrativa dos mais jovens revela uma memória herdada mas também uma reflexão baseada nas regras da atualidade que é simultaneamente crítica e conciliadora. Reconhece, por um lado, um impacto negativo da baleação nas populações de cetáceos, mas contextualiza-o no quadro da sobrevivência; valoriza o legado cultural e técnico dos baleeiros, mas sublinha que deve servir como lição para o futuro. Desta forma, a caça à baleia surge não apenas como parte incontornável da história açoriana, mas sobretudo como um referencial moral e ecológico a partir do qual se projeta a identidade e o compromisso das novas gerações com a conservação marinha.

### 3.2.2 Revalorização ética e simbólica dos cetáceos

A forma como a geração mais jovem narra a baleação, entre a crítica ética e o respeito pelo legado, evidencia já um movimento de reposicionamento simbólico, uma vez que as baleias deixam de ser vistas como um recurso a explorar para meio de sustento, e passam a ser reconhecidas como património vivo e natural, símbolo de sustentabilidade, promotoras de um novo panorama económico guiado pelo turismo. Esta valorização é expressa não só na

linguagem da conservação, mas também em metáforas que ilustram a transformação simbólica das relações com os animais, do passado para o presente:

*“Caçá-las com câmaras fotográficas. No fundo, é o que nós fazemos. A diferença é que vamos em barcos a motor e eles iam em barcos à vela ou a remo. Portanto, não é bem a mesma coisa, mas há aqui muitas coisas similares.”* (whale watching 3)

*“Porque agora já não é para caçar. Mas é para tirar fotografias. O arpão é a máquina fotográfica”* (museu 2)

De modo particularmente expressivo, os entrevistados recorrem repetidamente à metáfora da substituição do arpão pela máquina fotográfica para traduzir a inversão simbólica da relação com as baleias. Esta expressão tornou-se uma forma corrente de condensar a passagem da caça à observação, evidenciando a continuidade da ligação ao mar, mas agora assente em princípios de conservação.

Outro dos pontos mais mencionados nas entrevistas diz respeito à nova valorização económica e turística dos cetáceos. A sua presença nas águas açorianas é vista como um dos principais atrativos para visitantes, com o *whale watching*, em particular na primavera e no verão, quando ocorre a passagem de várias espécies migratórias:

*“Nesta altura do ano temos sempre a primavera com as baleias de Barbas. Porque é uma coisa que as pessoas gostam. As pessoas querem ver e vêm de propósito para ver a baleia azul, a baleia comum, a baleia de bossas, a sardinheira. Mas a baleia que se vê mais é o cachalote.”* (whale watching 3)

Este discurso associa diretamente as atividades de *whale watching* ao turismo sustentável, reforçando a noção de que o verdadeiro valor das baleias reside na sua preservação em vida, e não na sua exploração como recurso morto:

*“Não faz sentido nenhum caçar uma baleia hoje em dia, porque as baleias valem mais dinheiro vivas do que mortas. A cena de ‘há demasiadas baleias no mar’ é uma frase que eu acho extremamente divertida porque não temos dados nenhuns para concluir isso.”* (whale watching 3)

Os entrevistados salientam frequentemente o papel das baleias enquanto símbolos identitários e éticos. A sua revalorização assenta na ideia de que, embora a caça tenha

desaparecido, o conhecimento herdado dos baleeiros continua a moldar a relação atual com o mar:

*“Porque, na realidade, o que o presente usa é o conhecimento do passado. Só mudou as embarcações, não caçam, protegem, mas os dois complementam-se.”* (museu 1)

Outra ideia que se torna particularmente relevante neste contexto é a reinterpretção que é dada à memória da baleação, como um processo de transição histórica, necessária, que abriu caminho para as práticas do presente:

*“A baleia também tinha os dias contados. Já não havia homens. Já não havia... Já não havia vontade de ir. Muita gente imigrou. A imigração também. A imigração. Para a América e para o Canadá. Tirou muita juventude da pesca da baleia. E depois, o atum.”* (museu 2)

A reconfiguração simbólica dos cetáceos traduz uma mudança mais ampla de paradigma nas relações entre a comunidade e a natureza. No discurso dos mais jovens, os cetáceos são hoje não apenas património natural dos Açores, mas também símbolos de uma ética de coexistência, de empatia e de sustentabilidade que orienta o futuro da região. Muitos sentem "respeito" ou "admiração" pelas baleias, frequentemente descrevendo os encontros durante o *whale watching* como experiências emotivas. Esta valorização dos cetáceos assume também um papel identitário, em que os animais se tornam símbolos do património natural açoriano e da transição histórica da região, da exploração para a conservação. Os jovens entrevistados reconhecem também a importância dos cetáceos para o turismo e para a imagem internacional dos Açores.

### 3.2.3 Memória herdada e reconstruída

Vários entrevistados mais jovens referem-se à baleação com base em histórias transmitidas por familiares, em visitas a museus ou em leituras e registos documentais. Trata-se de uma memória herdada, por vezes vaga e fragmentada, mas que desempenha um papel importante na forma como o passado baleeiro é reconstruído. Mais do que recordar de forma direta, os jovens entrevistados interpretam a baleação através de narrativas mediadas, onde se cruzam elementos de realidade histórica, juízos de valor e sensibilidades atuais.

Alguns relatos ilustram bem este processo de transmissão familiar, onde memórias de pais e avós ganham nova forma no presente:

*“As primeiras imagens que eu tenho do passado é aquilo que a minha mãe me transmitiu. Como a gente era ali das terras, a minha avó vivia num ponto um bocadinho mais alto. A minha mãe contava muito que chegava a estar ali na rua e ver o mar à frente ensanguentado. Ou depois o cheiro que era característico quando se começavam a aproximar aqui da fábrica. E sempre achei que a baleação, apesar de ter uma conotação negativa, depois de entrar para aqui, ainda mais, percebi que realmente foi muito necessária. Quando se tem uma vinha que entra em declínio. Quando se tem um terreno que não dá para cultivar nada. Portanto, a ideia que eu tenho é que a baleação veio ajudar. Não enriqueceu ninguém. Matou a fome.” (museu 1)*

Este testemunho evidencia o modo como a memória herdada combina impressões sensoriais, como o cheiro, o sangue no mar, com uma leitura moral, às vezes negativa mas também compreensiva, do papel que a baleação teve na sobrevivência das comunidades.

Ao mesmo tempo, surgem narrativas que revelam a distância cultural crescente face a essa história. Para alguns entrevistados, a memória da baleação é uma realidade distorcida ou até mesmo desconhecida dentro da própria comunidade:

*“Não sei se tens a noção, mas há pessoas que vivem na ilha e que nunca entraram a porta deste museu para dentro.” (museu 1)*

Este afastamento pode reforçar a ideia de que a memória do passado baleeiro já não é partilhada de forma homogénea, devido também ao facto de existirem, neste momento, já poucos baleeiros vivos nas ilhas do Pico e do Faial. Cada vez mais, torna-se evidente que a preservação da memória baleeira depende fortemente de uma certa mediação institucional, através de museus, do turismo e de projetos culturais.

Em paralelo, alguns fragmentos da memória herdada evocam o impacto social da baleação nas dinâmicas quotidianas, traduzindo a centralidade que a atividade chegou a ter, tal como é narrado pela geração mais velha também entrevistada:

*“As pessoas largavam os casamentos e funerais para irem arriar a baleia.” (museu 3)*

Observa-se, de facto, que a memória evocada pelas gerações mais jovens funciona sobretudo como uma memória herdada e reconstruída, frequentemente transmitida pelas narrativas familiares ou por articulação de conhecimento dado nos museus e pelos registos escritos, mas reinterpretada à luz dos valores contemporâneos de conservação ambiental e do

novo regime económico associado ao turismo de observação de cetáceos. O passado torna-se um objeto de reconfiguração narrativa, mais do que uma lembrança vivida. Esta distância temporal e afetiva face à baleação permite que a memória histórica seja interpretada sob uma leitura crítica, por um lado, mas simultaneamente de respeito face ao papel desempenhado pelas gerações anteriores. Neste enquadramento, a memória reconstruída funciona como uma mediação simbólica que integra a valorização ética e ecológica atual sem deixar de legitimar a herança cultural, contribuindo para uma narrativa identitária partilhada.

#### 3.2.4 Confiança no presente e idealização da conservação atual

Os entrevistados mais jovens manifestam uma perceção globalmente positiva do estado atual dos cetáceos e do mar nos Açores, revelando confiança nas práticas contemporâneas de conservação, na ciência e nos mecanismos de regulação ambiental. Muitos afirmam acreditar que *“há mais baleias agora”* (museu 3). Todos reforçam a mesma ideia de abundância:

*“Eu acho que há muito. Há muito. Há uma grande abundância. Há uma grande diversidade. Até se tem, ultimamente, talvez fruto de alguma alteração climática ou de alguma alteração que eu não sei entender completamente, há um ou dois anos têm-se descobertos sempre mais espécies. Que antigamente não passavam e que agora passam. Passam todas aquelas que passavam antigamente. Mais algumas, três ou quatro, que antigamente não passavam. E passam nos mares dos Açores. O que quer dizer que o ecossistema está bom do ponto de vista dos animais.”* (whale watching 3)

*“Se tu me falares em baleias, ou em cetáceos, ou em grandes cetáceos, ou em cetáceos grandes e médios e pequenos, eu diria que nunca passou tanto. Nunca existiu tanto. Na história dos Açores como agora. Nunca houve mais. Ponto final. Parágrafo . Perfeito. Não vale a pena fazer essa discussão. Está feita. Nunca houve mais. Passam muitos. Ninguém lhes faz mal.”* (museu 2)

*“Há muita baleia. Baleias de várias espécies. Há 22 ou 23 espécies que se vê aí de cetáceos nos Açores, que é uma coisa louca. É um dos maiores santuários do mundo. Em diversidade. Porque não é só os cachalotes que passam, passam imensas baleias de outras espécies e depois animais de médio porte e animais de mais pequeno porte, como são os golfinhos, aqueles aqui chamam-se toninhas, os golfinhos.”* (museu 2)

*“Baleias está cheio, completamente cheio delas. Baleias têm bastantes (...) O que se vê mais é cachalotes e golfinhos.”* (pescador 1)

*“A nível de baleias, deve haver mais. Provavelmente deve haver mais.”* (whale watching 2)

*“Eu acho que passa nos Açores muita abundância desses animais. Com o desaparecimento da caça, da pesca, como tu quiseres dizer, as baleias passam aqui nas suas alturas, a não ser que haja uma razão aí climática ou uma razão externa que possa produzir um efeito nefasto no arquipélago.”* (museu 2)

Esta percepção está associada à confiança num presente considerado mais ético e sustentável, em que, como dizem, *“eu acho que isso está bem. Isso está bem”* (museu 2). Em alguns casos, nota-se também uma ligação direta entre a percepção de abundância e o impacto positivo do turismo de observação. Contudo, surgem também discursos mais prudentes, que reconhecem as limitações da conservação contemporânea e as possíveis implicações do *whale watching*:

*“As baleias, com a baleação, reduziram os números, já estavam, por exemplo, não estavam em perigo de extinção, mas estavam vulneráveis e agora estão a recuperar, estão a aumentar os números, estão a ver que sim, mas é lento, não é?”* (whale watching 1)

*“Mas reconheço que há outras ameaças que não havia no tempo da caça. A caça era a caça. Hoje em dia tu tens o ruído do submarino, a poluição sonora, o plástico, a acidificação dos mares, o aumento da temperatura. Tens os abalroamentos por navios, as redes fantasma. Há muitas ameaças que não haviam antigamente no tempo da caça.”* (whale watching 3)

*“A gente não pode evitar, temos que usar barcos a motor, não faz sentido nenhum hoje em dia a rentabilizar. No fundo, é uma atividade económica que tem outras vertentes e tem outras facetas por trás.”* (museu 1)

Estes discursos revelam que, embora a confiança no presente seja dominante, existe também uma consciência crítica de que o equilíbrio atual permanece, em certa parte, vulnerável. Para alguns entrevistados, o *whale watching* pode inclusivamente representar uma nova forma de pressão sobre os animais, comparável, em certa medida, ao impacto da baleação no passado.

Muitos dos entrevistados passam pelo discurso da conservação, mas existe por parte de alguns esta consciência:

*“Um conhecido disse-me há uns anos: “nós estamos a fazer quase tão mal às baleias hoje e aos grandes cetáceos como os baleeiros fizeram no passado matando-os. Nós não os matamos mas é a pressão que fazemos sobre eles.” Todos os dias, de manhã à noite, dezenas de barcos em cima dos animais criam-lhes um stress, uma pressão enorme porque eles não estão já à vontade”. Já não bastava a navegação que aumentou. Há muito mais embarcações a circular nos mares dos Açores do que antigamente. E nós vamos para cima deles e aproximamos-mos deles o mais possível e nadamos.” (museu 2)*

No plano interpretativo, esta narrativa evidencia que a geração mais jovem toma como referência o estado recente do mar e naturaliza-o como “normal”, desconsiderando o quadro histórico da geração anterior. A percepção de recuperação e a convicção de que *“há mais agora, os dados dizem isso”* (museu 3) reforçam a centralidade simbólica dos cetáceos como emblema de sustentabilidade, de identidade ambiental e de futuro dos Açores.



## Capítulo 4 - Resultados e Discussão

A presente análise evidencia diferenças geracionais significativas na forma como os cetáceos e o ambiente marinho são entendidos e narrados, verificando de maneira concreta o conceito de *shifting baseline*, introduzido por Pauly (1995) e posteriormente desenvolvido com as noções de amnésia geracional e pessoal por Kahn (2002) e Papworth et al. (2009).

Enquanto que as gerações mais antigas evocam a abundância passada, as práticas de subsistência e a identidade comunitária, os mais jovens valorizam sobretudo a conservação, o turismo sustentável e o simbolismo cultural dos cetáceos. Esta comparação, quando sistematizada, revela a coexistência de memórias regressivas e progressivas, em conformidade com Gergen & Gergen (1984). Deste modo, desde o início da análise, confirma-se que o *shifting baseline* estrutura a forma como cada geração interpreta o mar e os cetáceos.

Entre os entrevistados mais velhos, a narrativa dominante (Hammack, 2011) é centrada na baleação histórica, em que os cetáceos eram vistos como recursos essenciais para a sobrevivência das comunidades. Esta geração descreve o mar como um espaço de exploração direta, associando à vida marinha, ao sustento e à identidade comunitária. Os relatos de todos os entrevistados mais antigos evidenciam, de facto, a incorporação de uma *linha de base* histórica, onde os níveis de abundância e as práticas de exploração eram entendidos como normais, confirmando o que Sáenz-Arroyo et al. (2005) identificaram sobre a memória ecológica intergeracional e a forma como os pescadores mais velhos percebem a abundância de espécies em comparação com as gerações mais novas. Os entrevistados mais jovens constroem, por sua vez, uma narrativa progressiva (Gergen & Gergen, 1984) centrada na valorização e conservação dos cetáceos, abordando o mar como um espaço de observação e preservação. Se, historicamente, os cetáceos tiveram um papel simbólico ligado à subsistência e à cultura local, hoje essa representação associa-se igualmente à identidade ambiental e à valorização da conservação. O *shifting baseline* revela-se, aqui, como uma passagem de uma linha de base utilitária para uma linha de base ambiental.

A análise das memórias e discursos recolhidos evidencia a centralidade dos papéis na construção da experiência comunitária e na forma como a história da baleação é interpretada. Os indivíduos assumem múltiplos papéis que variam de acordo com o contexto temporal e social. No passado, alguns destacavam-se na ação coletiva, assumindo o papel de heróis ou de reconhecimento. A interrupção da prática provocou uma reorganização desses papéis,

transformando protagonistas históricos em sujeitos de reflexão crítica, responsáveis pela mediação entre memória e aprendizagem. No presente, os jovens assumem papéis de liderança ética, promovendo a conservação. Demonstra-se aqui, de facto, que os papéis não são estáticos, mas atravessam uma trajetória de adaptação ao longo do tempo.

A posição dos mais jovens reflete de forma clara a amnésia geracional descrita por Kahn (2002) e Papworth et al. (2009), em que cada geração estabelece a sua *linha de base* com base na experiência pessoal ou nos dados contemporâneos, muitas vezes sem acesso direto aos níveis históricos de abundância, aceitando como “normal” o estado atual do ambiente marinho. Este padrão confirma, novamente, a aplicabilidade do conceito de *shifting baseline* nos Açores, mostrando que a percepção de normalidade ecológica evolui ao longo das gerações e que os valores éticos e ambientais são moldados não apenas por experiências diretas, mas também por intermédio de dados científicos, relatos históricos e práticas contemporâneas, como o *whale watching*.

As narrativas dos mais antigos validam o argumento de Pauly (1995) sobre a tendência das gerações mais jovens aceitarem níveis de abundância mais baixos como norma, e confirmam também as evidências de Sáenz-Arroyo et al. (2005) de que os pescadores mais velhos possuem memórias de capturas significativamente maiores, enquanto que os mais jovens têm percepções reduzidas sobre as espécies outrora abundantes. Simultaneamente, os relatos contemporâneos sustentam os estudos de Kahn (2002) e Alleway et al. (2023), ao demonstrar que, mesmo sem contacto direto com a baleação, os jovens reconhecem a importância histórica das práticas passadas, mas constroem uma *linha de base* ajustada à realidade atual. Esta constatação reforça a relevância do conceito de amnésia geracional e destaca a diferença entre memória coletiva e percepção individual, enfatizando a necessidade de abordagens intergeracionais para a conservação ambiental.

Os resultados confirmam também a ideia de que as narrativas estão profundamente ligadas à identidade de lugar e à memória social, elementos estudados por autores como Taylor (2009), Dixon & Durrheim (2000) e Bailey et al. (2016). Os entrevistados mais velhos manifestam uma ligação ao lugar baseada na exploração e na subsistência, enquanto que os jovens desenvolvem uma relação mais associada à preservação ambiental. Torna-se possível afirmar que a redefinição do que é “normal” em cada geração demonstra que o *shifting baseline* se relaciona com a própria construção da identidade coletiva. Tal como sugerem Firmino da Costa (2008) e Atkinson (2015), estas narrativas funcionam como mecanismos de construção das identidades

coletivas, permitindo que os indivíduos interpretem o presente à luz do passado, mas também projetem valores e práticas futuras. A narrativa dos mais jovens entrevistados destacou-se muitas vezes pela ligação que é estabelecida entre a memória histórica e a consciência ambiental contemporânea, revelando um processo interpretativo contínuo que integra o passado, o presente e o futuro.

Para além da dimensão histórica e social, as narrativas evidenciam também um lado afetivo que ajuda a entender de que forma é que a memória organiza a experiência. Tal como sugere Bruner (1990; 1991), a narrativa funciona como uma estrutura cognitiva e emocional que dá sentido às vivências. A nostalgia dos mais velhos, o orgulho na identidade comunitária ou a esperança dos mais jovens na preservação demonstram que o relato narrativo não transmite apenas factos, mas também emoções. A memória não é apenas uma recordação, mas um processo interpretativo ligado a afetos, que orienta perceções e práticas em torno do mar e dos cetáceos.

O estudo mostra ainda que as narrativas coletivas contribuem para a transmissão de saberes e valores, moldando perceções e comportamentos, tal como evidenciado na literatura sobre memória social e identidade cultural (Bar-Tal et al., 2014; Mouro, Santos & Castro, 2018). A construção da memória ecológica partilhada não apenas contribui para a preservação das experiências passadas, mas também orienta práticas de conservação atuais e reforça a ligação dos entrevistados ao lugar. Esta dinâmica confirma a utilidade do conceito de *shifting baseline* para compreender não apenas mudanças ecológicas, mas também as dimensões culturais e sociais associadas à preservação ambiental. Os relatos analisados permitem compreender que, sem mecanismos de transmissão intergeracional, a perceção da degradação ambiental pode ser subestimada, comprometendo muitas vezes a formulação de estratégias eficazes de proteção dos cetáceos.

Os resultados revelam, contudo, algumas lacunas que a literatura não parece descrever de forma tão detalhada. Observou-se, por exemplo, que vários dos jovens manifestam respeito e curiosidade pelas práticas históricas, evidenciando uma interação híbrida entre memória histórica e consciência ambiental contemporânea. Sugere-se, assim, que a transmissão intergeracional de conhecimento pode mitigar parcialmente os efeitos da amnésia geracional, oferecendo uma *linha de base* mais rica, que combina dados históricos, experiência vivida e valores contemporâneos, reforçando as propostas de Papworth et al. (2009) sobre a integração de múltiplas fontes de informação para a definição de linhas de base mais realistas. O exemplo

açoriano demonstra que o *shifting baseline* pode ser mitigado através da transmissão intergeracional e da valorização cultural da memória histórica.

Os resultados mostram, deste modo, que o conceito de *shifting baseline* se verifica de forma clara no contexto do estudo, refletindo a influência das experiências geracionais na percepção da abundância de cetáceos e na definição do que é considerado “normal”. A narrativa progressiva dos mais jovens evidencia uma evolução ética e ambiental, enquanto que a memória ecológica dos mais velhos mantém referências históricas que podem servir de base para uma gestão mais informada e contextualizada. Este confronto entre resultados e literatura confirma que a análise intergeracional, a memória social, a identidade de lugar e as narrativas coletivas são cruciais para compreender não apenas percepções ambientais, mas também práticas de conservação e valorização do património natural.

As narrativas recolhidas evidenciam também uma multiplicidade de vozes, em que experiências individuais se relacionam para formar uma memória coletiva constantemente reinventada. O relato de cada entrevistado, marcado por emoções pessoais como nostalgia, orgulho ou preocupação, ganha alguma riqueza quando é recontado no contexto da comunidade, transformando-se num discurso partilhado sobre o mar e os cetáceos. A memória social não é, portanto, estática, mas dinâmica, reinterpretada muitas vezes à luz dos contextos históricos e culturais contemporâneos.

Os resultados sugerem também que o conceito de *shifting baseline* não se limita à percepção ecológica da abundância de espécies, mas envolve também dimensões culturais e simbólicas. Cada geração redefine não apenas o que considera ecologicamente “normal”, mas também o que culturalmente valoriza. Para os mais velhos, a normalidade estava associada a práticas de subsistência e à identidade comunitária. Para os jovens, num mundo mais globalizado, a normalidade ecológica inclui agora valores de sustentabilidade, responsabilidade ética e consciência global. As emoções desempenham um papel fundamental nesta análise, uma vez que se permite concluir que sentimentos de respeito, nostalgia, orgulho ou responsabilidade moldam a forma como as pessoas se relacionam com o mar, reforçando a ideia de que a memória ecológica é simultaneamente uma memória afetiva e cultural. Deste modo, o *shifting baseline* mostra-se simultaneamente ecológico, cultural mas também afetivo.

Embora os resultados confirmem tendências observadas noutros estudos internacionais (Pauly, 1995; Sáenz-Arroyo et al., 2005; Papworth et al., 2009), o caso dos Açores revela

particularidades relevantes. A forte ligação ao mar, a herança deixada pela baleação e a rápida transformação socioeconómica resultante da transição para o turismo de observação de cetáceos fazem com que a memória coletiva não seja apenas notada como um recurso analítico, mas também como um património vivo que continua a moldar identidades, práticas económicas e estratégias de conservação. Comparado com outros contextos, o exemplo açoriano mostra como é que o *shifting baseline* pode ser mitigado quando há uma transmissão intergeracional ativa e a valorização cultural das memórias históricas.

Para além de enriquecer a compreensão académica, a análise narrativa mostra-se também como uma ferramenta de intervenção social e ambiental. As histórias narradas podem ser usadas em processos de educação ambiental, sensibilização comunitária e construção de políticas públicas que valorizem a memória histórica e a identidade local. Ao articular passado, presente e futuro, as narrativas possibilitam não só um registo nas mudanças ecológicas, mas também uma base interpretativa que pode orientar práticas de conservação mais informadas e também inclusivas. Nesse sentido, o presente estudo evidencia que ouvir as diferentes vozes geracionais não se torna apenas relevante para compreender a evolução das perceções ambientais, mas constitui também um recurso estratégico para políticas públicas mais representativas.

As narrativas revelaram-se uma ferramenta essencial para compreender o conceito de *shifting baseline* ao permitirem aceder à perceção histórica que os indivíduos têm do ambiente e da biodiversidade ao longo do tempo. Ao contrário de dados quantitativos contemporâneos, que registam apenas o estado atual dos ecossistemas, as narrativas incorporam memórias individuais e coletivas, proporcionando uma linha temporal de referência que evidencia mudanças graduais na abundância e diversidade de espécies. Através das histórias contadas por diferentes gerações, é possível identificar como é que cada grupo estabelece a sua própria “normalidade” ambiental, demonstrando, na prática, os mecanismos de amnésia geracional e amnésia pessoal descritos por Kahn (2002), Pauly (1995) e Papworth et al. (2009). Para além disso, as narrativas permitem, como verificado, captar aspetos emocionais, culturais e identitários associadas à perceção do ambiente, aspetos que dados estatísticos isolados dificilmente mostram. Ao integrar relatos e histórias de vida, memórias sociais e experiências diretas com o meio, consegue-se reconstruir *linhas de base* históricas, perceber como é que as mesmas se alteram de geração em geração e compreender as razões pelas quais certas mudanças ambientais são aceites como normais. Por este mesmo motivo, a análise narrativa não só complementa os métodos ecológicos e históricos, mas também se apresenta como uma das

formas mais eficazes de estudar o *shifting baseline*. Assim, com este estudo compreende-se que o *shifting baseline* surge não apenas como um conceito útil para descrever a perda de referências ecológicas, mas também como uma nova forma para compreender processos de memória, identidade e resistência narrativa nas comunidades açorianas.

**Tabela 1. Resumo das Narrativas em análise**

<i>Narrativa</i>	<i>1- baseada em memórias históricas de abundância e conexão funcional com o mar</i>	<i>2- centrada na conservação e valorização atual dos cetáceos</i>
<i>Narrador</i>	Geração mais antiga (antigos baleeiros)	Geração mais jovem (whale watching, museus, pesca, atividades navais)
<i>Carácter narrativo</i>	Regressivo	Progressivo
<i>Elementos Centrais</i>	Abundância passada, baleação como subsistência, identidade comunitária	Valorização ética dos cetáceos, conservação
<i>Relação com o mar/cachalote</i>	O mar como um espaço de trabalho, sobrevivência e pertença; cachalote como recurso económico e simbólico	O mar como património ecológico e cultural; cachalote como um símbolo de proteção e identidade ambiental
<i>Vozes e memória</i>	Vozes individuais convergem para uma memória coletiva que valoriza a tradição e a resiliência	Vozes reinterpretam a herança do passado, reinterpretando a narrativa da baleação
<i>Relação com o lugar</i>	Ligação marcada pela exploração e subsistência, reforçando a identidade comunitária	Relação marcada pela preservação e valorização simbólica, associado a um sentido de pertença globalizado
<i>Shifting baseline</i>	Linha de base baseada em referências históricas de abundância	Linha de base ajustada ao presente, aceite como a normalidade

A tabela 1 apresenta um resumo das duas narrativas, previamente desenvolvidas neste capítulo.

## Capítulo 5 - Conclusão

A presente investigação analisou as diferenças geracionais na percepção dos cetáceos e do ambiente marinho nos Açores, demonstrando de forma clara a aplicabilidade do conceito de *shifting baseline* (Pauly, 1995; Kahn, 2002; Papworth et al., 2009). Os resultados revelaram que, enquanto as gerações mais velhas relembram a abundância passada, as práticas de subsistência e a identidade comunitária, os mais jovens constroem narrativas centradas na conservação, no turismo sustentável e na valorização simbólica dos cetáceos. Esta dualidade confirma a coexistência de narrativas regressivas e progressivas (Gergen & Gergen, 1984), mostrando de que forma as referências ecológicas e culturais se transformam ao longo do tempo, bem como uma multiplicidade de vozes que resistem e reconfiguram narrativas dominantes sobre o mar e o cachalote.

As vozes coletivas funcionam, neste caso, como mediadores entre o passado e o presente, que se reinventam ao reconhecerem a importância histórica da baleação, mas reinterpretando o seu significado à luz dos valores ambientais atuais. As vozes herdadas do passado convivem com as vozes contemporâneas da conservação, criando um diálogo intergeracional que reforça o sentido de pertença e de responsabilidade sobre o território. O espaço marítimo e a presença dos cetáceos tornam-se símbolos que articulam memória, conhecimento e ação coletiva, mostrando de que forma é que a experiência partilhada molda tanto a compreensão do lugar como a construção de práticas de preservação. Ao dar voz às diferentes gerações, a investigação contribui para uma compreensão mais completa das mudanças ambientais e sugere que a memória coletiva pode ser mobilizada como um recurso estratégico para construir um futuro mais sustentável para os cetáceos.

Do ponto de vista teórico, o trabalho contribui para a literatura ao expandir o conceito de *shifting baseline* para além da ecologia ambiental, incorporando dimensões culturais, identitárias e emocionais. Mostra-se que as narrativas não apenas registam alterações na abundância de espécies, mas também configuram identidades coletivas, memórias sociais e práticas culturais, funcionando como mediadoras entre o passado, o presente e o futuro. Assim, a investigação não apenas confirma as noções de Pauly (1995) ou Kahn (2002), mas propõe que o *shifting baseline* seja lido também como um processo narrativo e identitário, em que a

redefinição da “normalidade” ecológica está inseparavelmente ligada às vozes, aos valores e à relação das pessoas com o lugar. Para além disso, a investigação demonstra que a transmissão intergeracional pode atenuar os efeitos da amnésia geracional, sugerindo-se que a memória partilhada pode oferecer *linhas de base* mais completas do que as perceções individuais isoladas. Assim, esta dissertação contribui para o alargamento do debate académico sobre o *shifting baseline*, integrando a dimensão cultural, social e narrativa no estudo da conservação marinha. Aponta-se, também, para a necessidade de políticas de gestão ambiental que incorporem, de forma mais consistente, as memórias e identidades das comunidades locais.

Metodologicamente, o trabalho demonstra que a análise narrativa é uma via fundamental para compreender perceções ambientais. As histórias de vida revelam memórias, emoção e identidade que dificilmente surgem em dados exclusivamente quantitativos. Esta abordagem reforça a importância de integrar metodologias qualitativas em estudos ambientais, capazes de captar a densidade simbólica e afetiva das relações humanas com a natureza. Importa também sublinhar o valor metodológico do trabalho de campo desenvolvido. O contacto direto com os habitantes, a recolha de narrativas orais e de memórias individuais e coletivas revelaram vozes frequentemente ausentes dos discursos científicos e políticos. Ao dar espaço a essas vozes, a investigação não apenas analisou um fenómeno ecológico e cultural, mas também contribuiu para preservar e valorizar a memória viva dos baleeiros, *os homens da terra e do mar*, e de uma comunidade em transformação.

Os resultados sugerem, deste modo, a pertinência de uma leitura interdisciplinar. O caso açoriano demonstra que o conceito de *shifting baseline* pode ser aplicado para além da ecologia marinha, em debates sobre políticas ambientais, direito e turismo sustentável. As perceções ambientais são construídas social e culturalmente, e não apenas determinadas por dados ecológicos objetivos.

Torna-se também importante refletir sobre as questões emergentes entre perceções ambientais e práticas atuais. Se, por um lado, o *whale watching* representa uma alternativa sustentável à baleação, por outro levanta questões quanto ao impacto das embarcações e do ruído sobre os animais. Com a “transição do arpão à máquina fotográfica”, evidencia-se que o passado não se limita a uma memória, mas constitui um recurso mobilizado seletivamente no presente, podendo reforçar identidades coletivas ou gerar diferentes interpretações.

As implicações práticas desta investigação são igualmente significativas. Além da relevância teórica, os resultados têm implicações práticas importantes para a conservação marinha e a gestão de cetáceos nos Açores. A coexistência de memórias regressivas e progressivas sugere que estratégias de preservação e educação ambiental devem considerar as experiências intergeracionais, promovendo a transmissão de conhecimento histórico e ecológico entre diferentes grupos etários, algo que já se vê através dos museus nas duas ilhas em estudo. Esta abordagem pode contribuir para reforçar a perceção da degradação ambiental e criar práticas de conservação mais eficazes, alinhadas tanto com valores culturais como com objetivos contemporâneos de sustentabilidade. Os resultados podem apoiar iniciativas de educação ambiental, ligando passado e presente no trabalho de sensibilização. Podem também informar políticas públicas de conservação, ao evidenciar a importância da memória intergeracional como recurso de gestão. Além disso, oferecem contributos para o turismo sustentável, ao mostrarem de que forma a valorização cultural e identitária pode enriquecer práticas de observação de cetáceos e fortalecer a ligação das comunidades ao seu património natural.

Embora apresente contributos relevantes, o estudo tem limitações, nomeadamente a dimensão reduzida da amostra e o foco em apenas duas ilhas. Futuras investigações poderão ampliar a análise para outros contextos insulares ou costeiros, explorar comparações internacionais e integrar metodologias que combinem narrativas com dados estatísticos de maior escala. Para investigações futuras, sugere-se a integração de narrativas com dados ecológicos quantitativos, históricos e contemporâneos, de modo a reconstruir *linhas de base* mais completas e detalhadas. Seria igualmente pertinente explorar a eficácia de programas de educação ambiental intergeracional na mitigação da amnésia geracional, assim como estudar outras comunidades costeiras para verificar a existência de padrões semelhantes na perceção e valorização de cetáceos e do ambiente marinho.

*“O mar, eu dizia que o mar não é só o conduto para nós açorianos, e eu fechava com isto, o mar para nós açorianos não é apenas um conduto real. É também um conduto anímico. Ou seja, o mar não é só uma fonte de subsistência. Não é só um espaço onde nós exercemos uma atividade económica, a pesca. O mar para nós tem uma dimensão essencial, eu diria ontológica, filosófica, do domínio da antropologia, da psicanálise. O mar para nós é a essência da nossa própria existência. O mar não é apenas o lugar onde a gente vai buscar peixe para comer. É muito mais do que isso. O mar para uma pessoa que vive isolada dentro dela, não é*

*o mar continental. E portanto, o mar para nós é a solidão, é o isolamento, mas também é a utopia e o sonho. É tudo aquilo que tu não vês e que sabes que existe, que está para além daquela linha. Tu sabes que isto te coloca porque tu estás no meio dele. Não estás em terra e vais ao mar. Tu estás sob uma pequena porção da terra. Mínima. Debaixo dos vulcões, os vulcões estão por baixo de ti. E tu por cima dos vulcões. Isto é uma coisa fenomenal. Fantástica. Porque é uma coisa que nos aterroriza, mas ao mesmo tempo nos abençoa. É uma coisa paradoxal. Entre um terror e ao mesmo tempo uma atração magnética, mítica e mística.”*  
(museu 2)

Ao longo desta investigação, tornou-se bastante claro que o mar atravessa as duas narrativas desenvolvidas, não apenas como cenário ou recurso, mas como um elemento estruturante da experiência açoriana. Da memória herdada das gerações mais velhas à revalorização ética e simbólica por parte dos mais jovens, o mar revelou-se um espaço com múltiplos sentidos e dimensões, um lugar de pertença e de união, de sobrevivência, uma biblioteca de lembranças e tradições passadas mas também de responsabilidade ambiental com o presente e o futuro dos cetáceos. Esta citação sintetiza, de forma representativa, o que emergiu transversalmente das entrevistas e que eu própria senti durante o trabalho de campo. Se no passado a baleação materializava a dureza e a dependência de um mar incerto, hoje os cetáceos transformaram-se em símbolos de conservação e de reconhecimento internacional. Mas, em ambas as gerações, é o mar que permanece como a matriz de sentido de uma identidade coletiva dos habitantes do Pico e do Faial.

Este trabalho não conclui apenas para a presença de uma mudança nas relações com os cetáceos e nas perceções intergeracionais do estado da vida marinha. Conclui, sobretudo, que o mar, mais do que os cetáceos isoladamente, constitui o eixo estruturante das identidades e narrativas açorianas, que dá forma às memórias coletivas, sustenta pertenças, marcadas pela perda e pela resistência, e alimenta projeções de um futuro mais sustentável para a vida marinha e para as baleias.

## Referências Bibliográficas

Açoriano Oriental / Lusa. (2019, 26 de outubro). Ligação afetiva aos Açores é fator predominante no regresso dos alunos, diz estudo. *Açoriano Oriental*. <https://www.acorianooriental.pt/noticia/ligacao-afetiva-aos-aco-res-e-fator-predominante-no-regresso-dos-alunos-diz-estudo-303885>

Alagona, P. S., Sandlos, J., & Wiersma, Y. F. (2012). Using historical ecology and baseline data for conservation and restoration projects in North America. *Environmental Philosophy*, 9, 49–70.

Alleway, H. K., & Connell, S. D. (2015). Loss of an ecological baseline through the eradication of oyster reefs from coastal ecosystems and human memory. *Conservation Biology*, 29, 795–804.

Alleway, H. K., Klein, E. S., Cameron, L., Douglass, K., Govia, I., Guell, C., ... & Thurstan, R. H. (2023). The shifting baseline syndrome as a connective concept for more informed and just responses to global environmental change. *People and Nature*, 5(3), 885–896.

Ashley, C. W. (1991). *The yankee whaler*. Courier Corporation.

Atkinson, R. (2015) Losing one's place: Narratives of neighbourhood change, market injustice and symbolic displacement. *Housing, Theory and Society*, 32(4), 373–388.

Bailey, E., Devine-Wright, P., & Batel, S. (2016). Using a narrative approach to understand place attachments and responses to power line proposals: The importance of life-place trajectories. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 200–211.

Balcetis, E. & Dunning, D. (2007). Cognitive dissonance and the perception of natural environments. *Psychol. Sci.* 18,917–921

Barreiros, J. P. (2017). O Cachalote: Um emblema dos Açores. *MyPlan*, 6, 34-35.

Bar-Tal, D., Oren, N., & Nets-Zehngut, R. (2014). Sociopsychological analysis of conflict-supporting narratives: A general framework. *Journal of Peace Research*, 51(5), 662-675.

Batel, S., & Castro, P. (2018). Reopening the dialogue between the theory of social representations and discursive psychology for examining the construction and transformation of meaning in discourse and communication. *British Journal of Social Psychology*, 57(4), 732-753.

Beller, E., McClenachan, L., Trant, A., Sanderson, E. W., Rhemtulla, J., Guerrini, A., Grossinger, R., & Higgs, E. (2017). Toward principles of historical ecology. *American Journal of Botany*, 104, 645–648.

Bentz, J., Lopes, F., Calado, H., & Dearden, P. (2016). Enhancing satisfaction and sustainable management: Whale watching in the Azores. *Tourism Management*, 54, 465-476.

Blue Azores. (n.d.). Proposta legislativa. Blue Azores.

Blue Azores. (n.d.). WIP MPA overview. Blue Azores.

Bonaiuto, M., Breakwell, G. M., & Cano, I. (1996). Identity processes and environmental threat: The effects of nationalism and local identity upon perception of beach pollution. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 6(3), 157-175.

Brandão da Luz, J. L. (2016). Ser ilhéu dos Açores: O mar e o isolamento como desafios.

Bruner, J. (1990). *Acts of meaning: Four lectures on mind and culture* (Vol. 3). Harvard university press.

Bruner, J. (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1–21.

Burns, W. C. (1998). The Agreement on the conservation of cetaceans of the Black Sea, Mediterranean Sea and Contiguous Atlantic Area (ACCOBAMS): A regional response to the threats facing cetaceans.

Campbell, L., Gray, N. J., Hazen, E. L., & Shackeroff, J. M. (2009). Beyond baselines: Rethinking priorities for ocean conservation. *Ecology and Society*, 14, 14.

Cardoso, F. J. C. (2012). O enquadramento jurídico internacional da 'actividade baleeira' e da protecção de mamíferos marinhos. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 21: 203-227

Carrus, G., Passafaro, P., & Bonnes, M. (2008). Emotions, habits and rational choices in ecological behaviours: The case of recycling and use of public transportation. *Journal of Environmental Psychology*, 28(1), 51-62.

Castro, P. (2021). A Dynamic view of local knowledge and epistemic bonds to place: implications for senses of place and the governance of biodiversity conservation. *Changing senses of place: Navigating global challenges*.

Clark, C. W., & Lamberson, R. (1982). An economic history and analysis of pelagic whaling. *Marine policy*, 6(2), 103-120.

Clarke, R. (2001). Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores.

Comerlato, F. (2012). A musealização da caça à baleia: Proposta de análise comparada entre Portugal, Estados Unidos e Noruega.

Conselho da União Europeia. (1992). Diretiva 92/43/CEE, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens. *Journal of the European Communities*, L 206, 7-50.

Cordeiro, J. S. (2019). Preservar a memória. (Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura).

da Silva, A. C. V. (2008). A população residente de *Tursiops truncatus* (Montagu, 1821) num quadro de gestão integrada do estuário do Sado: Proposta de um acordo voluntário (Master's thesis, Universidade de Lisboa (Portugal)).

Daw, T. M. (2010). Shifting baselines and memory illusions: What should we worry about when inferring trends from resource user interviews? *Animal Conservation*, 13, 534-535.

de Camargo Subtil, L. (2022). A evolução histórico-normativa do regime internacional de proteção às baleias antes da Segunda Guerra Mundial: entre estabilidade e transformação. *Revista História: Debates e Tendências*, 22(3), 172-195.

de Castro, E., & de Oliveira, U. T. V. (2022). A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. *Entretextos*, 22(3), 25-45.

de Mattos, C. L. G. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. Campina Grande: EDUEPB, 49-83.

de Oliveira, C. I. B. (2005). *A actividade de observação turística de cetáceos no arquipélago dos Açores: contribuição para o seu desenvolvimento sustentável* (Master's thesis, Universidade dos Açores (Portugal)).

Dejéant-Pons, M. (1994). European biodiversity: the Bern convention of 19 September 1979 on the conservation of European wildlife and natural habitats (pp. 211-226).

Devine-Wright, P., & Lyons, E. (1997). Remembering pasts and representing places: The construction of national identities in Ireland. *Journal of Environmental Psychology*, 17(1), 33-45.

Dionísio, M., Rodrigues, P., & Costa, A. (2007). Biodiversidade e conservação contributo para a gestão integrada de zonas costeiras nos Açores.

Direção Regional de Políticas Marítimas. (1999). *Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A: Regime jurídico da observação de cetáceos*. Diário da República.

Direção Regional de Políticas Marítimas. (2003). *Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A: Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de março*. Diário da República.

Direção Regional de Políticas Marítimas. (2004). *Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/A: Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A, de 22 de março*. Diário da República.

Direção Regional de Políticas Marítimas. (s.d.). *Atividades de Observação de Cetáceos*. Portal dos Açores.

- Dirzo, R., Young, H. S., Galetti, M., Ceballos, G., Isaac, N. J. B., & Collen, B. (2014). Defaunation in the Anthropocene. *Science*, 345, 401–406.
- Dixon, J., & Durrheim, K. (2000). Displacing place-identity: a discursive approach to locating Self and other. *British journal of social psychology*, 39(1), 27-44.
- Dorsey, K. (2014). *Whales and nations: environmental diplomacy on the high seas*. University of Washington Press.
- ECO. (2023, 1 de novembro). *Fora da Caixa: Um ‘mar de oportunidades’ nos Açores*. <https://eco.sapo.pt/2023/11/01/fora-da-caixa-um-mar-de-oportunidades-nos-aco-res/>
- Firmino da Costa A (2008) *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Lisbon: *Celta Editora*.
- Fitzmaurice, M. (2017). *International Convention for the Regulation of Whaling*. United Nations audiovisual library of international law.
- Fournier, J., & de Castro Panizza, A. (2003). Contribuições das áreas marinhas protegidas para a conservação e a gestão do ambiente marinho. *O Espaço Geográfico em Análise*, 7.
- García, L. G., Fernández, M., & Azevedo, J. M. (2023). MONICET: The Azores whale watching contribution to cetacean monitoring. *Biodiversity Data Journal*, 11, e106991.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. M. (1988). Narrative and the self as relationship. *Advances in Experimental Social Psychology*, 21, 17–56.
- Giddens, A. (1991). Modernity and self-identity. (pp. 477-484). Routledge.
- Gil, A. J. F. (2006). *Proposta metodológica para a elaboração de planos de gestão de sítios da rede natura 2000* (Master's thesis, Universidade dos Açores (Portugal)).
- Gonçalves, J. M., & Prieto, R. (2003). Da baleação ao ‘whale watching’. *Sociedade e Território*, (35), 46-53.
- Gordon, J. & Steiner, L. (1992) Ventilation and dive patterns in sperm whales, *Physeter macrocephalus*, in the Azores. Report of the International Whaling Commission 42, 561–565.
- Governo dos Açores. (s.d.). Rede Natura 2000. Governo dos Açores. Recuperado de <https://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/menus/secundario/Rede+Natura+2000/>
- Governo Regional dos Açores. (2007, junho 25). *Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A: Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade*. Diário da República, 2.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/15-2007-635868>
- Governo Regional dos Açores. (2011, novembro 11). *Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A: Estrutura o Parque Marinho dos Açores*. Diário da República, 2.ª série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/28-2011-146488>
- Governo Regional dos Açores. (2020). *Áreas classificadas*. Relatório do Estado do Ambiente dos Açores.
- Halpern, B. S., Frazier, M., Afflerbach, J., Lowndes, J. S., Micheli, F., O’Hara, C., ... & Selkoe, K. A. (2019). Recent pace of change in human impact on the world’s ocean. *Scientific Reports*, 9(1), 11609.
- Hammack, P. L. (2011). *Narrative and the Politics of Meaning: Identity, Memory, and Community*. Oxford University Press.
- Hochman, Y., & Spector-Mersel, G. (2020). Three strategies for doing narrative resistance: Navigating between master narratives. *British Journal of Social Psychology*, 59(4), 1043-1061.
- Hoyt, E. (2009). Whale watching. In *Encyclopedia of marine mammals* (pp. 1223-1227). Academic Press.
- IFAW, T., & Conservation, E. (1995). Report of the workshop on the scientific aspects of whale watching. *Montecastello di Vibio, Italy. 30th March-4th April*.
- International Whaling Commission (s.d.). *Portugal: The Azores – Whalers transform their skills for whale watching*. In *Whale Watching Handbook*.

International Whaling Commission. (s.d). *Portugal: The Azores Whalers turn their skills to whale watching*. In *Whale Watching Handbook*.

ISCTE-IUL. (2011). Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL. Despacho n.º 7095/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 90, de 10 de junho de 2011.

Jackson, J. B. (1997). Reefs since columbus. *Coral reefs*, 16(Suppl 1), S23-S32.

Jason, L., & Glenwick, D. (2016). Handbook of methodological approaches to community-based research: Qualitative, quantitative, and mixed methods. Oxford university press.

Jones, L. P., Turvey, S. T., Massimino, D., & Papworth, S. K. (2020). Investigating the implications of shifting baseline syndrome on conservation. *People and Nature*, 2, 1131–1144.

Kahn, P. H. (2002). Children's affiliations with nature: Structure, development, and the problem of environmental generational amnesia.

Kahn, P. H., & Friedman, B. (1995). Environmental views and values of children in an inner-city Black community. *Child Development*, 66, 1403–1417.

Kartch, F. (2017). Narrative interviewing. In *The sage encyclopedia of communication research methods* (Vol. 4, pp. 1073-1075). SAGE Publications, Inc.

Korpela, K. M. (1989). Place-identity as a product of environmental self-regulation. *Journal of Environmental psychology*, 9(3), 241-256.

Lanceiro, R. T. (2020). Políticas públicas de biodiversidade terrestre em Portugal. *e-Publica*, 7(2), 162-188.

Leadley, P., Gonzalez, A., Obura, D., Krug, C. B., Londoño-Murcia, M. C., Millette, K. L., ... & Xu, J. (2022). Achieving global biodiversity goals by 2050 requires urgent and integrated actions. *One Earth*, 5, 597–603.

Leatherwood, S., & Reeves, R. R. (1983). Abundance of bottlenose dolphins in Corpus Christi Bay and coastal southern Texas.

Liborio, C. H. L., & Mendonça, C. (2020). Mudamos o mundo, mas não nos lembramos. Como nossa falta de memória pode ameaçar a biodiversidade?

Lusa. (2025, 17 de fevereiro). *Especialista defende “pressão” dos Açores por causa da gestão do mar*. Notícias ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/2729942/especialista-defende-pressao-dos-aco-res-por-causa-da-gestao-do-mar>

Lyster, S. (1989). The convention on the conservation of migratory species of wild animals (The Bonn convention). *Nat. Res. J.*, 29, 979.

Magalhães, S., Prieto, R., Silva, M. A., Gonçalves, J., Afonso-Dias, M., & Santos, R. S. (2002). Short-term reactions of sperm whales (*Physeter macrocephalus*) to whale-watching vessels in the Azores. *Aquatic Mammals*, 28(3), 267-274.

Martin, A. R., & Reeves, R. R. (2002). Diversity and zoogeography. *Marine mammal biology: An evolutionary approach*, 1-37.

Mendes, J. M. (1994). As identidades sociais como políticas e como estratégias: o caso dos Açores.

Mendes, J. M. (1996). O regionalismo como construção identitária: O caso dos Açores.

Moreira, H. (2024, 19 de outubro). *Açores aprovam a maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte*. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2024-10-19-aco-res-aprovam-a-maior-rede-de-areas-marinhas-protegidas-do-atlantico-norte-4a6f472d>

Mouro, C., Santos, T., & Castro, P. (2018). Past–present discontinuity in ecological change and marine governance: An integrated narrative approach to artisanal fishing. *Marine Policy*, 97, 163–169.

Myers, S. S. (2017). Planetary health: Protecting human health on a rapidly changing planet. *The Lancet*, 390, 2860–2868.

Neves-Graça, K. (2004). Revisiting the tragedy of the commons: Ecological dilemmas of whale watching in the Azores. *Human Organization*, 63(3), 289-300.

- Northrop Frye, H. (1957). *Anatomy of criticism*. Princeton.
- Novaglio, C., Smith, A. D., Frusher, S., & Ferretti, F. (2020). Identifying historical baseline at the onset of exploitation to improve understanding of fishing impacts. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 30(3), 475-485.
- Oliveira, C., Filla, G., Gonçalves, J., Silva, M. A., Prieto, R., Magalhaes, S., & Santos, R. S. (2007). A social–economic perspective of the whale watching activity in the Azores. *Scientific Committee of the International Whaling Commission: SC/59/WW8*.
- Oliveira, C., Gonçalves, J., Magalhães, S., Prieto, R., Silva, M. A., & Santos, R. S. (2007). *Whale watching management in the Azores: An updated review of the regulations*. International Whaling Commission. Anchorage, Alaska. SC/59/WW7: 4pp.
- Oliveira, Cláudia I. B. de. (2005). *A actividade de observação turística de cetáceos no arquipélago dos Açores: contribuição para o seu desenvolvimento sustentável* (Dissertação de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza). Universidade dos Açores.
- Papworth, S. K., Rist, J., Coad, L., & Milner-Gulland, E. J. (2009). Evidence for shifting baseline syndrome in conservation. *Conservation Letters*, 2, 93–100.
- Pauly, D. (1995). Anecdotes and the shifting baseline syndrome of fisheries. *Trends in Ecology & Evolution*, 10, 430.
- Pauly, D. (2019). *Vanishing fish: Shifting baselines and the future of global fisheries*. Greystone Books.
- Portugal. (1980). *Decreto-Lei n.º 103/80, de 9 de maio*. Diário da República (1.º Suplemento, Série I, n.º 107), pp. 932-(2)–932-(8).
- Portugal. (1980). *Decreto-Lei n.º 50/80, de 23 de julho*. Diário da República n.º 168/1980, Série I, 1806-1833. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/50-1980-472556>
- Portugal. (1981). *Decreto-Lei n.º 263/81, de 3 de setembro*. Diário da República, n.º 202/1981, Série I, pp. 2344–2345. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/263-1981-565194>
- Portugal. (1983, 2 de março). *Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/A, de 2 de março*. Diário da República, n.º 50/1983, Série I, p. 772. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/2-1983-309574>
- Portugal. (1989, 22 de setembro). *Decreto-Lei n.º 316/89, de 22 de setembro*. Diário da República, n.º 219/1989, Série I, pp. 4224–4227.
- Portugal. (2002, 3 de maio). *Decreto n.º 18/2002, de 3 de maio*. Diário da República, n.º 102/2002, Série I-A, pp. 4193–4225.
- Portugal. (2012, 2 de abril). *Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril*. Diário da República, n.º 66/2012, Série I, pp. 1625–1713. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/15-2012-553893>
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57–83.
- Protzko, J., & Schooler, J. W. (2019). Kids these days: Why the youth of today seem lacking. *Science Advances*, 5, eaav5916.
- Público. (2025, 14 de fevereiro). *Associação de turismo rural dos Açores apela a que região não perca identidade*. <https://www.publico.pt/2025/02/14/local/noticia/associacao-turismo-rural-aco-res-apela-regiao-nao-perca-identidade-2122603>
- Pyle, R. M. (1993). *The thunder tree: Lessons from an urban wildland*. Houghton-Mifflin.
- Queirós, A. C. D. M. R. D. (2005). *Análise Comparada dos Habitats Naturais (Directiva 92/43/CEE) de Vegetação Serial representados em Portugal Continental*.
- Ricoeur, P. (1984). *Time and Narrative* (Vol. 1). University of Chicago Press.
- Rocha, S. (2009). *Análise do estado do comércio da vida selvagem em Portugal* (Master's thesis, Universidade de Lisboa (Portugal)).

- Roediger III, H. L. (1996). Memory illusions. *Journal of Memory and Language*, 35(2), 76–100.
- Rowles, G. D. (1983). Place and personal identity in old age: Observations from Appalachia. *Journal of environmental psychology*, 3(4), 299-313.
- Sá, T. D. A. M. (2008). Análise do padrão de mergulho e comportamento alimentar de cachalote (*Physeter Macrocephalus*) e Baleia-Comum (*Balaenoptera Physalus*) no Arquipélago dos Açores (Bachelor's thesis).
- Sáenz-Arroyo, A., Roberts, M. C., Torre, J., Cariño-Olvera, M., & Enríquez-Andrade, R. R. (2005). Rapidly shifting environmental baselines among fishers of the Sea of Cortez. *Proceedings of the Royal Society B*, 1726, 1–6.
- Santos, R. S. (2013). O mar dos Açores: diversidade de habitats.
- Santos, R. S., Hawkins, S., Monteiro, L. R., Alves, M., & Isidro, E. J. (1995). Marine research, resources and conservation in the Azores. *Aquatic Conservation: marine and freshwater ecosystems*, 5(4), 311-354.
- Schmiing, M., Afonso, P., & Santos, R. S. (2014). Coastal marine protected areas in the Azores: opportunities, benefits and limitations.
- Secretário Regional da Economia. (2005). *Portaria n.º 70/2005: Altera os artigos 2.º, 5.º a 7.º e 10.º a 12.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro*. Diário da República.
- Secretário Regional da Economia. (2007). *Portaria n.º 17/2007: Disciplina as atividades de observação de cetáceos*. Diário da República.
- Secretário Regional da Economia. (2011). *Portaria n.º 47/2011: Altera os artigos 11.º e 13.º da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro*.
- Secretário Regional da Economia. (2012). *Portaria n.º 64/2012: Altera o artigo 6.º e o n.º 1 do Anexo II da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro*. Diário da República.
- Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento, da Economia e do Ambiente. (2004). *Portaria n.º 5/2004: Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos*. Jornal Oficial.
- Silva, H. M. & M. R. Pinho (2007). Small-scale fishing on seamounts.
- Silva, L. (2015). How ecotourism works at the community-level: the case of whale-watching in the Azores. *Current Issues in Tourism*, 18(3), 196-211.
- Silva, M. A., Prieto, R., Magalhães, S., Cabecinhas, R., Cruz, A., & Gonçalves, J. M. (2003). Azores (Portugal), Summer and Autumn 1999–2000. *Aquatic Mammals*, 29, 77-83.
- Simon, Z. B. (2020). The epochal event: Transformations in the entangled human, technological, and natural worlds. *Palgrave Macmillan, Springer Nature*.
- Simons, D. J., & Rensink, R. A. (2005). Change blindness: Past, present, and future. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(1), 16–20.
- Soga, M., & Gaston, K. J. (2018). Shifting baseline syndrome: Causes, consequences, and implications. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 16(4), 222–230.
- Taylor, S. (2009). *Narratives of identity and place*. Routledge.
- União Europeia. (2008, junho 17). *Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho (Diretiva-Quadro Estratégia Marinha)*. Jornal Oficial da União Europeia, L 164, 19–40.
- Vergílio, M. H., Fonseca, C., Calado, H., Borges, P. A., Elias, R. B., Gabriel, R., ... & Cardoso, P. (2017). Avaliar a eficiência das áreas protegidas para representar a biodiversidade: o caso de estudo de uma pequena ilha. *Açoriano Oriental*, 26-27.
- Vicente, S. (2019). Estabelecimento da RNAMP-Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas, no contexto do ordenamento do espaço marítimo nacional (Doctoral dissertation).

Vieira, J. A. G. (1996). A baleação e a identidade cultural numa ilha: o projecto de recuperação da fábrica baleeira do Boqueirão-um modelo museológico inserido em realidades locais. *Cadernos de Sociomuseologia*.

Vieira, J., Santos, C., Silva, F., & Lopes, F. (2018). When watching replaces hunting: An analysis of customer participation and satisfaction with cetacean-watching in the Azores. *Ocean & Coastal Management*, 160, 86-92.

Watkins, W. A., Daher, M. A., Fristrup, K. M., Howald, T. J., & Di Sciara, G. N. (1993). Sperm whales tagged with transponders and tracked underwater by sonar. *Marine mammal science*, 9(1), 55-67.

Whitehead, H. (2003). Sperm whales: social evolution in the ocean. *University of Chicago press*.

Wilder. (2024). Açores anunciam aprovação da maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte. Wilder.pt. Recuperado em [6.12.2024]

## **Anexos**

### **Anexo 1 : Guião de Entrevista**

**Tema:** Perceções intergeracionais sobre a vida marinha nos Açores

**Objetivo:** Comparar as perceções da geração mais velha (ex-baleeiros ou pescadores) e da geração mais nova (ligada ao *whale watching*) sobre a vida marinha nos Açores, de forma a compreender possíveis mudanças na referência ecológica (*shifting baseline*).

"Bom dia/boa tarde, muito obrigada por aceitar participar nesta entrevista. O meu nome é Matilde e estou a realizar esta investigação no âmbito da minha tese. O objetivo desta entrevista passa por compreender as perceções das diferentes gerações sobre a vida marinha nos Açores e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. A sua perspetiva é muito valiosa para este estudo.

A entrevista será gravada para facilitar a análise posterior, mas todas as respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial. Se em algum momento quiser parar ou não responder a alguma questão, está completamente à vontade para o fazer."

#### **Contextualização do Entrevistado**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Profissão atual ou antiga (caso esteja reformado/a):
5. Durante quanto tempo esteve envolvido/a na atividade baleeira ou no turismo de observação de cetáceos?
6. Tem alguma ligação familiar com o mar? (Por exemplo, pais, avós ou filhos ligados à pesca ou turismo marítimo?)

#### **Perceção sobre a Vida Marinha nos Açores**

##### **3.1. Para a geração mais velha (ex-baleeiros/pescadores da Baleia)**

1. Como descreveria o mar dos Açores na sua juventude? Como era a vida marinha naquela época?
2. Fale-me sobre a sua vida e experiência enquanto pescador da Baleia. Qual era a sua relação com o mar e com as baleias?
3. Como é que começou a trabalhar na baleação?
4. Que tarefas desempenhava no bote? Quem é que lhe ensinou?
5. Como era o seu dia a dia na altura?
6. Como é que era o ambiente entre colegas? Eram sempre os mesmos no bote?

7. Que memórias mais fortes guarda desse tempo? Há alguma história marcante que gostaria de partilhar comigo?
8. Havia alguma tradição associado à baleação?
9. Quais as espécies de cetáceos e outras espécies marinhas que via com mais frequência?
10. Acredita que havia mais ou menos baleias/cetáceos nos oceanos dos Açores comparado com hoje? Porquê?
11. Quando foi criada a atividade de *whale watching*, qual foi a sua reação? Como é que a comunidade baleeira reagiu?
12. Já participou ou assistiu a alguma saída de *whale watching*? Se sim, o que achou?
13. Acha que a vida marinha mudou desde o fim da caça à baleia? Para melhor ou para pior?
14. Acredita que o mar dos Açores está mais ou menos rico em biodiversidade do que no passado?
15. Sente que as novas gerações têm uma ideia correta da importância que o mar tinha nas vossas vidas?
16. Considera importante que se mantenha viva a memória da baleação? De que forma e porquê?

### **3.2. Para a geração mais nova (trabalhadores de *whale watching*)**

1. Como é que começou o seu interesse pela área?
2. Como descreveria o mar dos Açores hoje? Como vê a vida marinha atualmente?
3. Como avalia a presença de cetáceos atualmente nos Açores? Acha que há muitos ou poucos?
4. Quais são as espécies de cetáceos que mais vê no seu trabalho? Acha que essa abundância mudou nos últimos anos?
5. Tem alguma memória especial de um avistamento?
6. Já ouviu histórias sobre como era a vida marinha antes, contadas por pessoas mais velhas? Qual a sua perceção sobre a vida marinha e sobre as tendências da baleia nessa altura?
7. Que imagem tem da baleação do passado?
8. Como vê a mudança da caça à baleia para o turismo de observação?
9. Como vê o impacto do turismo de *whale watching* na vida marinha? Acha que pode trazer algum impacto negativo?
10. Sente que é importante preservar a memória da baleação?

**Conclusão (para ambas as gerações)**

- Se pudesse comparar a vida marinha de antes com a de agora, diria que houve melhorias, que piorou ou que se manteve igual?
- O que acha que pode ser feito para garantir que as próximas gerações vejam um oceano rico em biodiversidade?

**(Agradecimento final pelo tempo e participação)**

"Obrigada pelo seu tempo e por partilhar as suas experiências e perspetivas. A sua participação é muito valiosa para esta investigação. Se desejar, posso enviar um resumo dos resultados da investigação assim que estiver concluída. Tem alguma questão ou gostaria de acrescentar mais alguma coisa?"